



Anais da Assembléia

N.º 91

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1984.

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA**ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1984.****(Quinta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Anibal Khury, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Quielise Crisóstomo, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Pérciles Pacheco e Tadeu França. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**MENSAGEM N.º 180/84**

Curitiba, 03 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras nos Municípios signatários:

MUNICÍPIO	N.º E DATA DO CONVÊNIO
Balsa Nova	29/84 — 1.º/08/84
Bocaiúva do Sul	30/84 — 1.º/08/84

Campina Grande do Sul	31/84 — 1.º/08/84
Contenda	32/84 — 1.º/08/84
Mandirituba	33/84 — 1.º/08/84
Quatro Barras	34/84 — 1.º/08/84
Rio Branco do Sul	48/84 — 1.º/08/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos e elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 181/84

Curitiba, 03 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 13 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e os Municípios de Braganey, Cafelândia e Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 182/84

Curitiba, 03 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava, uma área de terreno situada na zona sul da sede do referido município, medindo 83.231,57 metros quadrados, área essa de propriedade do Estado do Paraná, conforme parte da transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3—P, fls. 103, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

O Plano de Lei ora submetido a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que a área de terreno objeto da doação em causa, que, aliás, já vem sendo ocupada pelo Município de Guarapuava, integrará o patrimônio municipal, consolidando vários traçados de ruas e os espaços utilizados pelo "Parque de Exposições

Lacerda Werneck".

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guarapuava, uma área de terreno situado na zona sul da Cidade de Guarapuava, medindo 83.231,57 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3—P, fls. 103, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

Parágrafo Único. — A área de terreno objeto da presente doação destina-se a abertura de ruas e parte do "Parque de Exposições Lacerda Werneck".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 183/84

Curitiba, 04 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera os orçamentos da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, Departamento de Imprensa Oficial — DIOE e Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, com o objetivo de prover recursos para manutenção das atividades e pagamento de pessoal das três entidades, além de aquisição de sede própria para a PARANATUR.

Os créditos especiais ora solicitados terão como fonte de recursos aqueles provenientes de excesso de arrecadação das próprias entidades.

Certo de poder contar com o necessário apoio dessa Egrégia Assembléia Legislativa, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir créditos especiais que alteram os orçamentos da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, Departamento de Imprensa Oficial — DIOE e Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, nos valores de Cr\$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) e Cr\$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), respectivamente.

Art. 2.º — Servirão para cobertura dos créditos a que se refere o artigo anterior, recursos de excesso de arrecadação das próprias entidades, de acordo com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Curitiba, quinta, em 20/09/84

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 184/84

Curitiba, 04 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 6.º Termo Aditivo datado de 13 de junho de 1984 ao Convênio celebrado em 4 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Cancro Cítrico no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 185/84

Curitiba, 04 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 06 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de atividades de combate e erradicação da Febre Aftosa no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N.º 186/84

Curitiba, 04 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 6.º Termo Aditivo datado de 19 de julho de 1984 ao Convênio celebrado em 20 de março de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades delegáveis de Defesa Sanitária Animal, principalmente ao controle e combate de Peste Suína e Doença das Aves.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 187/84

Curitiba, 04 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 13 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão do Paraná – SUCEPAR e o Município de Corbélia, objetivando a execução de obras de controle da erosão no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 188/84

Curitiba, 05 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros relacionados com o PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL – PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos Manuais de referido Programa:

MUNICÍPIO Nº E DATA DO CONVÊNIO

Abatiá	068/84 – 04/07/84
Adrianópolis	069/84 – 04/07/84
Agudos do Sul	070/84 – 04/07/84
Altamira do Paraná	071/84 – 04/07/84
Alto Paraná	072/84 – 04/07/84
Alto Piquiri	073/84 – 04/07/84
Altônia	074/84 – 04/07/84
Alvorada do Sul	075/84 – 08/06/84
Amaporã	076/84 – 04/07/84
Ampére	077/84 – 04/07/84
Andirá	078/84 – 04/07/84
Antonina	079/84 – 04/07/84
Antônio Olinto	080/84 – 20/07/84
Arapongas	081/84 – 04/07/84
Arapoti	082/84 – 04/07/84
Araucária	083/84 – 04/07/84
Assaí	084/84 – 04/07/84
Assis Chateaubriand	085/84 – 04/07/84
Astorga	086/84 – 04/07/84
Atalaia	087/84 – 04/07/84
Bandeirantes	088/84 – 04/07/84
Barbosa Ferraz	089/84 – 04/07/84
Barracão	090/84 – 04/07/84
Barra do Jacaré	091/84 – 04/07/84
Bela Vista do Paraíso	092/84 – 04/07/84
Bituruna	093/84 – 04/07/84
Boa Esperança	094/84 – 04/07/84
Boa Vista da Aparecida	095/84 – 04/07/84

Bom Sucesso	096/84 – 04/07/84
Borrazópolis	097/84 – 04/07/84
Braganey	098/84 – 04/07/84
Cafeara	099/84 – 04/07/84
Cafelândia	100/84 – 04/07/84
Califórnia	101/84 – 04/07/84
Cambará	102/84 – 04/07/84
Cambé	103/84 – 04/07/84
Cambira	104/84 – 04/07/84
Campina da Lagoa	105/84 – 04/07/84
Campo do Tenente	106/84 – 04/07/84
Campo Mourão	107/84 – 04/07/84
Cândido de Abreu	108/84 – 04/07/84
Cantagalo	109/84 – 04/07/84
Capanema	110/84 – 04/07/84
Capitão Leônidas Marques	111/84 – 04/07/84
Carlópolis	112/84 – 04/07/84
Castro	113/84 – 04/07/84
Catanduvas	114/84 – 04/07/84
Centenário do Sul	115/84 – 04/07/84
Cerro Azul	116/84 – 04/07/84
Céu Azul	117/84 – 04/07/84
Chopinzinho	118/84 – 04/07/84
Cianorte	119/84 – 04/07/84
Cidade Gaúcha	120/84 – 04/07/84
Clevelândia	121/84 – 04/07/84
Colorado	122/84 – 04/07/84
Congonhinhas	123/84 – 04/07/84
Conselheiro Mairinck	124/84 – 04/07/84
Corbélia	125/84 – 04/07/84
Cornélio Procopio	126/84 – 04/07/84
Coronel Vivida	127/84 – 04/07/84
Cruz Machado	128/84 – 04/07/84
Cruzeiro do Oeste	129/84 – 04/07/84
Cruzeiro do Sul	130/84 – 04/07/84
Diamante do Norte	131/84 – 04/07/84
Dois Vizinhos	132/84 – 04/07/84
Douradina	133/84 – 04/07/84
Doutor Camargo	135/84 – 04/07/84
Eneas Marques	136/84 – 04/07/84
Engenheiro Beltrão	137/84 – 04/07/84
Faxinal	138/84 – 04/07/84
Fênix	139/84 – 04/07/84
Figueira	140/84 – 04/07/84
Floraí	141/84 – 04/07/84
Floresta	142/84 – 04/07/84
Florestópolis	143/84 – 04/07/84
Flórida	144/84 – 04/07/84
Formosa do Oeste	145/84 – 04/07/84
Francisco Alves	146/84 – 04/07/84
Francisco Beltrão	147/84 – 04/07/84
General Carneiro	148/84 – 04/07/84
Goioerê	149/84 – 04/07/84
Grandes Rios	150/84 – 04/07/84
Guaíra	151/84 – 04/07/84
Guairaçá	152/84 – 04/07/84
Guapirama	153/84 – 04/07/84
Guaporema	154/84 – 04/07/84
Guaraci	155/84 – 04/07/84
Guaraniaçu	156/84 – 04/07/84
Guaraqueçaba	157/84 – 04/07/84
Guaratuba	158/84 – 04/07/84
Ibaiti	159/84 – 04/07/84
Ibiporã	160/84 – 04/07/84
Icaraíma	161/84 – 04/07/84
Iguaraçu	162/84 – 04/07/84
Imbituva	163/84 – 04/07/84
Inácio Martins	164/84 – 04/07/84

Inajá	165/84 - 04/07/84	Nova Aliança do Ivaí	228/84 - 20/07/84
Indianópolis	166/84 - 04/07/84	Nova Aurora	230/84 - 04/07/84
Ipiranga	167/84 - 04/07/84	Nova Cantu	231/84 - 04/07/84
Iporã	168/84 - 04/07/84	Nova Esperança	232/84 - 04/07/84
Irati	169/84 - 04/07/84	Nova Fátima	233/84 - 04/07/84
Iretama	170/84 - 04/07/84	Nova Londrina	234/84 - 04/07/84
Itaquajé	171/84 - 04/07/84	Nova Olímpia	235/84 - 04/07/84
Itambaracá	172/84 - 04/07/84	Nova Prata do Iguaçu	236/84 - 04/07/84
Itambé	173/84 - 04/07/84	Nova Santa Rosa	237/84 - 04/07/84
Itapejara do Oeste	174/84 - 04/07/84	Ortigueira	238/84 - 04/07/84
Itaúna do Sul	175/84 - 04/07/84	Ourizona	239/84 - 04/07/84
Ivaí	176/84 - 04/07/84	Paçandu	240/84 - 04/07/84
Ivaiporã	177/84 - 04/07/84	Palmas	241/84 - 04/07/84
Ivatuba	178/84 - 04/07/84	Palmeira	242/84 - 04/07/84
Jaboti	179/84 - 04/07/84	Palmital	243/84 - 04/07/84
Jacarezinho	180/84 - 04/07/84	Palotina	244/84 - 04/07/84
Jaguapitã	181/84 - 04/07/84	Paraíso do Norte	245/84 - 04/07/84
Jaguariaíva	182/84 - 04/07/84	Paranacitv	246/84 - 04/07/84
Jandaia do Sul	183/84 - 04/07/84	Paranapoema	247/84 - 04/07/84
Janiópolis	184/84 - 04/07/84	Pato Branco	248/84 - 04/07/84
Japira	185/84 - 04/07/84	Paula Freitas	249/84 - 04/07/84
Japurá	186/84 - 04/07/84	Paulo Frontin	250/84 - 04/07/84
Jardim Alegre	187/84 - 04/07/84	Peabiru	251/84 - 04/07/84
Jardim Olinda	188/84 - 20/07/84	Pérola	252/84 - 04/07/84
Jataizinho	189/84 - 04/07/84	Pérola do Oeste	253/84 - 04/07/84
Jesuítas	190/84 - 04/07/84	Piên	254/84 - 04/07/84
Joaquim Távora	191/84 - 04/07/84	Pinhalão	255/84 - 04/07/84
Jundiaí do Sul	192/84 - 20/07/84	Pinhão	256/84 - 04/07/84
Juranda	193/84 - 04/07/84	Pirai do Sul	257/84 - 04/07/84
Jussara	194/84 - 04/07/84	Pitanga	258/84 - 04/07/84
Kaloré	195/84 - 04/07/84	Planaltina do Paraná	259/84 - 04/07/84
Lapa	196/84 - 04/07/84	Planalto	260/84 - 04/07/84
Laranjeiras do Sul	197/84 - 04/07/84	Porecatu	261/84 - 04/07/84
Leópolis	198/84 - 04/07/84	Porto Amazonas	262/84 - 04/07/84
Loanda	199/84 - 04/07/84	Porto Rico	263/84 - 04/07/84
Lobato	200/84 - 04/07/84	Porto Vitória	264/84 - 04/07/84
Lunardelli	201/84 - 04/07/84	Pranchita	265/84 - 04/07/84
Lupionópolis	202/84 - 04/07/84	Presidente Castelo Branco	266/84 - 04/07/84
Mamborê	204/84 - 04/07/84	Primeiro de Maio	267/84 - 04/07/84
Mandaguaçu	205/84 - 04/07/84	Prudentópolis	268/84 - 04/07/84
Mandaguari	206/84 - 04/07/84	Quatingá	269/84 - 04/07/84
Mangueirinha	207/84 - 04/07/84	Quedas do Iguaçu	270/84 - 04/07/84
Manoel Ribas	208/84 - 04/07/84	Querência do Norte	271/84 - 04/07/84
Marechal Cândido Rondon	209/84 - 04/07/84	Quinta do Sol	272/84 - 20/07/84
Maria Helena	210/84 - 04/07/84	Quitandinha	273/84 - 04/07/84
Marialva	211/84 - 04/07/84	Rancho Alegre	274/84 - 04/07/84
Marilândia do Sul	212/84 - 04/07/84	Realeza	275/84 - 04/07/84
Marilena	213/84 - 04/07/84	Rebouças	276/84 - 04/07/84
Mariluz	214/84 - 04/07/84	Renascença	277/84 - 04/07/84
Mariópolis	215/84 - 04/07/84	Reserva	278/84 - 04/07/84
Marmeleiro	216/84 - 04/07/84	Ribeirão Claro	279/84 - 04/07/84
Marumbi	217/84 - 04/07/84	Ribeirão do Pinhal	280/84 - 04/07/84
Matelândia	218/84 - 04/07/84	Rio Azul	281/84 - 04/07/84
Matinhos	219/84 - 04/07/84	Rio Bom	282/84 - 04/07/84
Medianeira	220/84 - 04/07/84	Rio Negro	283/84 - 04/07/84
Mirador	221/84 - 04/07/84	Rolândia	284/84 - 04/07/84
Miraseíva	222/84 - 04/07/84	Roncador	285/84 - 04/07/84
Missal	223/84 - 04/07/84	Rondon	286/84 - 04/07/84
Moreira Salles	224/84 - 04/07/84	Sabáudia	287/84 - 04/07/84
Morretes	225/84 - 04/07/84	Salgado Filho	288/84 - 04/07/84
Munhoz de Mello	226/84 - 04/07/84	Salto do Itararé	289/84 - 04/07/84
Nossa Senhora das Graças	227/84 - 04/07/84	Salto do Lontra	290/84 - 04/07/84

Santa Amélia	291/84	- 04/07/84
Santa Cecília do Pavão	292/84	- 04/07/84
Santa Cruz do Monte Castelo	293/84	- 04/07/84
Santa Fé	294/84	- 04/07/84
Santa Helena	295/84	- 04/07/84
Santa Inês	296/84	- 04/07/84
Santa Izabel do Ivaí	297/84	- 04/07/84
Santa Izabel do Oeste	298/84	- 04/07/84
Santa Terezinha do Itaipu	300/84	- 04/07/84
Santana do Itararé	301/84	- 20/07/84
Santo Antônio da Platina	302/84	- 04/07/84
Santo Antônio do Caiuá	303/84	- 04/07/84
Santo Antônio do Paraíso	304/84	- 04/07/84
Santo Antônio do Sudoeste	305/84	- 04/07/84
Santo Inácio	306/84	- 04/07/84
São Carlos do Ivaí	307/84	- 04/07/84
São Jerônimo da Serra	308/84	- 04/07/84
São João	309/84	- 04/07/84
São João do Caiuá	310/84	- 04/07/84
São João do Ivaí	311/84	- 04/07/84
São João do Triunfo	312/84	- 04/07/84
São Jorge do Ivaí	313/84	- 04/07/84
São Jorge do Oeste	314/84	- 04/07/84
São Jorge do Patrocínio	315/84	- 04/07/84
São José da Boa Vista	316/84	- 04/07/84
São Mateus do Sul	317/84	- 04/07/84
São Miguel do Iguaçu	318/84	- 04/07/84
São Pedro do Ivaí	319/84	- 04/07/84
São Pedro do Paraná	320/84	- 04/07/84
São Sebastião da Amoreira	321/84	- 04/07/84
São Tomé	322/84	- 04/07/84
Sapopema	323/84	- 04/07/84
Sarandi	324/84	- 04/07/84
Senges	325/84	- 04/07/84
Sertaneja	326/84	- 04/07/84
Sertãoópolis	327/84	- 04/07/84
Siqueira Campos	328/84	- 04/07/84
Tamboara	329/84	- 04/07/84
Tapejara	330/84	- 04/07/84
Tapira	331/84	- 04/07/84
Teixeira Soares	332/84	- 04/07/84
Telêmaco Borba	333/84	- 04/07/84
Terra Boa	334/84	- 04/07/84
Terra Rica	335/84	- 04/07/84
Terra Roxa	336/84	- 04/07/84
Tibagi	337/84	- 04/07/84
Tijucas do Sul	338/84	- 04/07/84
Toledo	339/84	- 04/07/84
Tomazina	340/84	- 04/07/84
Três Barras do Paraná	341/84	- 04/07/84
Tuneiras do Oeste	342/84	- 04/07/84
Tupãssi	343/84	- 04/07/84
Turvo	344/84	- 04/07/84
Ubiratã	345/84	- 04/07/84
Umuarama	346/84	- 04/07/84
União da Vitória	347/84	- 04/07/84
Uniflor	348/84	- 04/07/84
Uraí	349/84	- 04/07/84
Vera Cruz do Oeste	350/84	- 04/07/84
Verê	351/84	- 04/07/84
Vitorino	352/84	- 04/07/84

Wenceslau Braz	353/84	- 04/07/84
Xambrê	354/84	- 04/07/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 189/84

Curitiba, 10 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tupãssi, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído dos lotes n.ºs 11 e 12, da Quadra n.º 48, com área total de 1.200,00 m2, situados na sede do referido Município e adquiridos pelo Estado conforme Matrícula n.º 12.336, de 19/03/82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand.

Os lotes de terreno objeto do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, pertenciam, originariamente ao Município de Assis Chateaubriand, que os doou ao Estado a fim de que neles fosse construída a Delegacia e Cadeia Pública do então Distrito de Tupãssi. Ocorre que, tendo o Município de Tupãssi, recentemente, doado ao Estado área mais ampla e adequada à construção de prédio para a referida Delegacia e Cadeia Pública, torna-se indiscutivelmente justa e oportuna a medida em causa, através da qual o imóvel não utilizado pela Secretaria de Segurança Pública reverterá ao patrimônio do Município.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tupãssi os lotes n.ºs 11 e 12, da Quadra 48, com área total de 1.200,00 m2, situados na cidade de Tupãssi, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da Matrícula n.º 12.336, de 19/03/82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 190/84

Curitiba, 10 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos":

MUNICÍPIO	Nº E DATA DO CONVÊNIO
Almirante Tamandaré	18/84 - 02/05/84
Araucária	19/84 - 26/04/84
Balsa Nova	20/84 - 26/04/84
Campina Grande do Sul	21/84 - 26/04/84
Campo Largo	22/84 - 26/04/84
Colombo	23/84 - 02/05/84
Curitiba	24/84 - 02/05/84
Piraquara	25/84 - 02/05/84
Quatro Barras	26/84 - 26/04/84
Rio Branco do Sul	27/84 - 02/05/84
São José dos Pinhais	28/84 - 26/04/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 191/84

Curitiba, 13 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar, objetivando dar nova redação ao art. 179, da Lei Complementar, nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com vistas a estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis.

A medida de que trata o Plano de Lei em causa é oportuna e de alta significação, eis que virá assegurar aos servidores policiais civis a aplicação de critérios para reajustamento de proventos de inatividade iguais aos que, recentemente, através da Mensagem nº 134/84, foram submetidos a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa, para as demais categorias de servidores aposentados do Poder Executivo.

Por oportuno, e em razão de conter maior detalhamento sobre o assunto, segue, transcrita em inteiro teor, justificativa que me foi apresentada pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública:

"Com o advento da Mensagem Governamental

que prevê a revisão dos proventos de aposentadoria dos servidores civis do Poder Executivo, cabe propiciar à laboriosa classe policial civil a garantia dessa conquista mercê de seu elevado alcance social. Representando, por igual, antiga reivindicação do servidor policial civil, já que sob a égide da Secretaria de Segurança Pública, os servidores policiais militares, graduados e subalternos contam com esse benefício, consoante disposição legal específica a anuência à presente pretensão vem ao encontro desses anseios.

Por outro lado, é de se reconhecer que com a vigência da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983 e com a conseqüente criação do Quadro Suplementar da Polícia Civil, no qual são classificados compulsoriamente os integrantes da carreira de Delegado de Polícia de classe mais elevada com mais de 35 anos de serviço público estadual, e que não se aposentaram, por isso faz-se necessário estabelecer a previsão de que o servidor que ingressar no ar referido Quadro Suplementar não terá direito de gozar do que se consubstancia nas presentes modificações.

Com a efetivação dessa exceção, alcançar-se-á o devido fortalecimento da renovação permanente da cúpula da Polícia Civil, nos moldes do tratamento a que se submetem os coronéis da Polícia Militar do Estado. Sendo que os briosos servidores da PMPR já contam com os benefícios ora explicitados, como acima se mencionou.

A presente postulação se coaduna, sem dúvida, à política de extrema repercussão social do Governo do Estado, quanto à busca de soluções que visem corrigir as distorções jurídicas e funcionais ora existentes no instituto da aposentadoria dos servidores públicos estaduais".

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMPLEMENTAR

Art. 1º - O artigo 179 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, alterado pela Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 179 - Os proventos de inatividade dos servidores policiais civis serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições.

§ 1º - Observando o contido neste artigo, nenhum policial civil inativo poderá ter os seus proventos de inatividade inferior ao vencimento e vantagens da classe correlata àquela em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

§ 2.º - Nos casos em que as denominações das carreiras tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face aos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

§ 3.º - O disposto neste artigo aplica-se aos servidores já aposentados, ficando-lhes assegurada a melhor retribuição entre a decorrente desta lei ou a até então vigente.

§ 4.º - Os servidores policiais civis inativados por força do previsto no art. 2.º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1983, serão beneficiados pelo disposto neste artigo desde que não tenham ingressado no Quadro Suplementar da Polícia Civil à época da inativação".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, solicita votação nominal para o Projeto de Resolução n.º 49/84.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

SÚMULA: REQUER retirada do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84, da Ordem do Dia, por 10 sessões.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei Complementar n.º 03/84.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Adhail Sprenger Passos e Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei n.º 55/84.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) ANÍBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei n.º 65/84.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar n.º 27/84, por três (3) sessões.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Wallace Pina, ocorrido no dia 17 último, na cidade de Ponta Grossa.

Wallace Pina sempre teve destacada atuação dentro da comunidade pontagrossense. Empresário dinâmico, foi um dos fundadores da Companhia Imobiliária Paranaense Ltda., da Pina Imóveis Ltda., sendo que foi um dos responsáveis pela implantação da TV Esplanada. Canal 7. Fundador e Diretor da Rádio Difusora de Ponta Grossa, foi o grande responsável por profundas modificações na radiofonia da Princesa dos Campos. Foi, também, Diretor-proprietário do "JORNAL DA MANHÃ".

No campo imobiliário foi responsável por diversos empreendimentos bem sucedidos, como a construção dos edifícios "Marieta" e "Princesa", da Estação Rodoviária e do Mercado Municipal.

Concluiu o Curso de Direito, sendo integrante da primeira turma da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Batalhou intensamente pela instalação da Faculdade de Direito e foi um dos principais responsáveis pela Fundação do Centro Acadêmico "Carvalho Santos" e do Partido Acadêmico Democrático.

Ponta Grossa perdeu um de seus melhores filhos.

REQUEIRO que cópia do presente seja encaminhada à família do falecido e à Rádio Difusora de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à COAGRU - Cooperativa Agropecuária União pela comemoração do seu 9.º aniversário de sua fundação, ocorrido no último dia 13, na Municipalidade de Ubatã, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Áureo Zatnoni, Presidente.

Mais do que nunca e fora de qualquer dúvida, em termos de organização da sociedade paranaense, o conjunto das cooperativas foi um dos setores que mais obteve destaque tendo em vista especialmente a crise sócio-econômica que se verifica, notadamente na última década.

Tal realidade conjuntural attingia todos os patamares, mas no entanto, o setor agropastoril

é que sido duramente agredido pela política gerada pelo Governo Federal.

Diante de tal quadro, havia a real necessidade de se buscar medidas cujas posturas pudessem efetivamente fazer frente a estes aspectos. Diante disto, os produtores imbuídos do propósito do seu próprio fortalecimento, e, mais do que isto, em sua própria sustentação ou sobrevivência.

A união em torno de propósitos firmes e igualitárias também se verificou na região de Ubiratã exatamente no dia 13 de setembro de 1975, naquela cidade, trinta e seis agricultores reuniram-se objetivando a criação de uma cooperativa que fosse capaz de atendê-los, permitido, como consequência a expansão e dinamismo no setor, nas terras férteis e vastas que é a maior característica da pujança daquele rincão.

A partir daquele encontro, oficialmente fundado a COAGRU - Cooperativa Agropecuária União, cujo nome bem justifica sua existência: a união.

Pode até mesmo parecer que nove anos não representam muito. Mas não no caso da COAGRU, uma organização jovem, mas que atualmente já situa-se entre as vinte cooperativas do ramo existentes em todo o Estado do Paraná das sessentas e duas em atuação. (ocupa a 15ª posição). Um tempo curto é verdade, mas que foi o suficiente para que o idealismo dos seus integrantes, desde os seus fundadores, ficasse de vez comprovado: o fortalecimento das atividades rurais.

O registro, nesta Casa de Leis, através dos seus Anais, significa enaltecer a COAGRU, que talvez tenha dado a maior prova da crença no progresso ora alcançado, e que por certo atingirá outros novos patamares.

Sala: das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações à Delegação Esportiva da Municipalidade de Goioerê participante dos 27º Jogos Abertos do Paraná, realizado recentemente na Municipalidade de Londrina, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Vicente Massahiro Okamoto, ao Excelentíssimo Senhor Topsyke Koike Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e ao Ilustríssimo Senhor Antônio Francisco Aparecido Médici, Digníssimo Diretor-Técnico Responsável da Autarquia Municipal de Esportes de Goioerê.

Durante vários dias, Londrina sediou os 27º Jogos Abertos do Paraná, oportunidade em que estiveram reunidos várias delegações de todo o Estado do Paraná, disputando modalidades inúmeras. Tal competição, fora de qualquer dúvida, constitui de grandioso evento, não somente a nível de Estado, mas também, no plano nacional. Como nos anos anteriores, os 27º Jogos envolveram a participação de muitos

jovens, que lá estiveram demonstrando sua disposição por uma boa colocação.

Sobre Goioerê, Município situado no Centro Oeste do Estado, teve sua melhor participação, estando muito bem representado em dez modalidades (masculino e feminino).

Com a maior delegação já levada a jogos, os jovens de Goioerê retrataram muito bem o quanto o esporte, de um modo em geral, ganha destaque naquela cidade. Foi o resultado de todo um trabalho que vem sendo desenvolvido há muitos anos naquela região, e que agora, ante grande equipes representativas paranaenses, obteve bons resultados, que por certo servirão como grande estímulo e mais do que isto, de compromisso ainda maior no futuro.

Neste sentido, não poderia deixar de registrar nos Anais desta Casa de Leis, a brilhante participação de Goioerê, que se comprova em sua própria colocação, ficando em 6º lugar, perdendo apenas para selecionados cuja tradição e porte aliado a um trabalho mais antigo, acabam por apresentar maiores condições; o trabalho esportivo ora desenvolvido em Goioerê, serve de exemplo a toda a região a qual ela pertence sendo ainda que essa mesma cidade, anualmente realiza grandes encontros esportivos a nível regional, testando e mostrando os seus valores ante às demais equipes.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Alceu Conceição Machado, no sentido de que sejam autorizados estudos visando a criação e instalação da Comarca na Municipalidade de Campina da Lagoa.

De acordo com a Lei nº 4.245, foi criado o Município de Campina da Lagoa, desmembrando-se de Campo Mourão no dia 25 de julho de 1960, acontecendo sua instalação, efetivamente, no dia 4 de novembro do ano seguinte, 1961. Na mesma ocasião, assumia como primeiro Prefeito Municipal, através de nomeação, o Excelentíssimo Senhor João Fermianos. Era um momento histórico, sem dúvida alguma, porque marcava o início de uma nova fase desenvolvimentista, marcada então, pela sua autonomia.

Com o passar dos anos, novas etapas de crescimento foram-se verificando, notadamente nas atividades agropastoris, que inclusive é até hoje o sustentáculo sócio-econômico daquele município.

Nos dias de hoje, Campina da Lagoa conta com um contingente populacional superior a vinte e três mil habitantes, todos envolvidos diretamente ou indiretamente na agricultura e pecuária, aliado ao comércio diversificado, sendo todos estes fatores os responsáveis pela boa arrecadação de ICM.

A condição do Município de Campina da Lagoa,

pelo seu porte, tem necessidade de que novas condições sejam lá implantadas no sentido de corresponder a uma realidade atualmente vivenciada, assim como suas expectativas futuras.

Diante exatamente de tal preocupação, no que diz respeito ao Poder Judiciário, a comunidade de Campina da Lagoa, através de suas lideranças políticas consuturadas: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Doutor Joaquim A. de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Municipal de Vereadores, Excelentíssimo Senhor Adão Alexandre Czuczman; das lideranças partidárias das agremiações existentes; das lideranças do comércio das organizações sindicais e de classe, especialmente o segmento dos advogados; estão todas unitariamente reivindicando que esse Poder determine a realização de estudos no sentido da criação da Comarca naquela progressista cidade, pois, atualmente as atividades afeitas à justiça são encaminhadas de forma demasiadamente lenta em função da própria sistemática processualista vigente. Além de que, em função do grande volume de trabalhos da Comarca de Ubatã (que abrange Campina da Lagoa) a mesma tem em sua responsabilidade, grande processos demandados de Campina da Lagoa.

Ademais, a criação da Comarca em Campina da Lagoa, quando efetivamente, além de trazer uma verdadeira agilização nos processos, permitirá grande benefício às camadas mais carentes da população, já que ele é que mais enfrenta dificuldades ante tal Poder, em função de sua própria condição em termos de poder aquisitivo tendo em vista a necessidade de deslocamento até a Comarca de Ubatã.

Eis pois, a exposição de motivos, que por certo permitirão, juntamente com outros aspectos mais profundos, uma avaliação sobre a reivindicação ora preconizada, que fora de qualquer dúvida, é uma das mais antigas reivindicações do conjunto da população daquela vasta região de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado abaixo assinado, REQUER, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz, Secretário dos Transportes do Paraná sugerindo a construção de uma ponte de cimento sobre o Rio Guaraúna, na estrada que liga o Distrito de Guaragi (Município de Ponta Grossa) ao Distrito de Valinhos (Município de Teixeira Soares).

No local, existe uma antiga ponte de madeira que não mais apresenta condições de segurança aos que por ela transitam. Em épocas de chuvas prolongadas o Rio Guaraúna tem transbordado e coberto a ponte, gerando prejuízos aos agricultores e industriais da região. Além do mais, são frágeis as carretas que transitam carregadas de madeira e lenha, colocando em risco seus condutores.

A estrada que liga Guaragi à Teixeira Soares apresenta movimento bastante intenso e se constitui na única via que possibilita o acesso de seus moradores aos Municípios de Irati e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições e após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, sugerindo que sejam tomadas as medidas necessárias visando a concessão de anistia fiscal aos contribuintes da Fazenda do Estado. O benefício poderá atingir todos os débitos de natureza tributária vencidos até 31 de dezembro de 1982, inscritos ou não, em dívida ativa, permitindo que os mesmos possam ser quitados até o dia 30 de dezembro do corrente ano, sem juros e isentos de multa.

As dificuldades enfrentadas pelos contribuintes paranaenses, especialmente os comerciantes, à partir de 1980 geraram a incapacidade dos mesmos para recolher em dia os tributos devidos ao Estado, principalmente o ICM. A incidência dos juros de mora e multa inviabilizaram o recolhimento posterior dos tributos, pois, na maioria dos casos, a multa atinge 100% do valor do débito originário e sobre ela também incide a correção monetária.

O próprio Governo Federal reconheceu a existência dessas dificuldades, tendo tomado medidas para facilitar o recolhimento das contribuições devidas. Primeiramente, o IAPAS concedeu aos contribuintes da Previdência Social anistias parciais, em duas oportunidades. Agora, o Governo Federal em data de ontem, baixou decreto-lei concedendo anistia fiscal. O decreto-lei prevê que os débitos de qualquer natureza vencidos até 31 de dezembro de 1982, poderão ser recolhidos até o dia 30 de novembro próximo, com dispensa dos juros de mora e multa.

A anistia abrange os impostos de renda, sobre os produtos industrializados, sobre importação, sobre transportes e multas de qualquer natureza prevista na legislação em vigor.

Medida semelhante pode e deve ser tomada pelo Governador do Paraná, permitindo e facilitando que o empresário possa regularizar sua situação junto ao fisco estadual.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal da Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Alceu Conceição Machado, no sentido de solicitar o apoio total para a Criação da Comarca de Três Barras, do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN, através da Secretaria de Segurança.

Senhor Presidente.

Vem sendo crescente o volume de serviço da 4ª CIRETRAN, de União da Vitória. Em razão disso, tem sido muito grande a quantidade de documentos que

precisam circular entre aquele município e Curitiba.

De acordo com o Ofício n.º 785-CM/85, da Câmara Municipal de União da Vitória, tomamos conhecimento de requerimento aprovado naquela Casa de Leis. Iniciativa do nobre Vereador Omanoel Thomaz da Silva, o referido requerimento solicita ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN medidas no sentido de viabilizar a implantação de comunicação através de malotes, pelo menos uma vez por semana, entre a 4.ª CIRETRAN e o DETRAN.

A medida merece o nosso integral apoio, portanto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN, Senhor Francisco Deliberador Neto, endossando a proposição aprovada pela Câmara Municipal de União da Vitória e reiterando apelo no sentido de que a medida seja implantada com a maior brevidade possível.

Assim, agindo, estará o DETRAN não só indo de encontro a uma reconhecida necessidade da população atendida por aquela CIRETRAN, bem como, avançando sobremaneira em seu programa de modernização administrativa.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR, através da Secretaria do Interior.

Senhor Presidente

Desde algum tempo, o Prefeito de Rio Azul, Senhor Ansenor Valentin Girardi, vem desenvolvendo esforços com o objetivo de construir o Asilo de Velhos daquele Município.

Neste sentido, encaminhou reivindicação junto ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Nelson Friedrich, solicitando a doação de quatrocentos sacos de cimento.

Através do Of. n.º 2.409, daquela Secretaria de Estado, tomamos conhecimento das gestões feitas por aquele Secretário para atender a referida solicitação. Em particular, a consulta feita junto à COHAPAR para que a citada empresa pública cedesse o material.

A COHAPAR informou ter o maior prazer em auxiliar aquela obra, não dispondo, entretanto, do material pedido.

Tendo em conta a importância da construção do Asilo de Velhos em Rio Azul, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, Doutor Teobaldo Victório Machado, reiterando aquela solicitação.

Apesar das reconhecidas dificuldades já reveladas pela COHAPAR para tender ao pedido, conhecemos o elevado espírito social que move a gestão do Doutor Teobaldo Machado à frente daquela empresa pública. Portanto, temos a convicção de que o mesmo fará todos os esforços necessários para atender a já citada obra social.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO, solicitando a criação do Núcleo da Secretaria no Município de Cianorte, centralizando o atendimento aos Municípios de São Tomé, Japurá, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Terra Boa e Jussara, face à real necessidade de criação desse Núcleo, atendendo as antigas reivindicações do setor, facilitando aos empresários o acesso às informações e orientações, possibilitando ainda, um maior entrosamento entre a Secretaria e representantes da Indústria e Comércio da região.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de uma cozinha na Escola Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino de 1.º Grau, localizada no Distrito Administrativo de Paraná do Oeste, pertencente à Municipalidade de Moreira Salles.

A realização de obras de edificação de uma cozinha naquele estabelecimento educacional, no Distrito de Paraná do Oeste é sem dúvida alguma, de fundamental importância, visto que a mesma permitirá que a Direção Escolar existente possa servir merenda especialmente a estudantes.

Além do mais, o presente requerimento, é apresentado tendo em vista a não existência de recursos próprios por parte do citado educandário; de iniciativa da Ilustríssima Senhora Diretora Áurea de Souza Beloni.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 236/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - As operações de arrendamento mercantil (leasing), pelos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Autárquica, inclusive Fundações e empresas controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, serão precedidas de licitação dentre empresas paranaenses.

Art. 2.º - Nenhuma operação de arrendamento mercantil será contratada, mesmo quando dispensável a licitação por lei específica, sem prévio projeto de viabilidade econômica aprovado pela autoridade competente e a correspondente dotação específica para essa modalidade de contrato no orçamento do órgão ou entidade da administração.

Art. 3.º - A não existência de empresas paranaenses para participação da concorrência será permitido qualquer empresa, desde que mantenha filiais instaladas no Estado do Paraná, e cujo capital social deverá ser correspondente a 100 vezes o capital a ser contratado,

para cada ato contratual.

Art. 4º - Tais medidas previstas nesta lei são estendidas também à contratação de serviços de auditoria, assessoria, planejamento e qualquer outro serviço na linha auxiliar de administração.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoioamento: Sabino Campos, Anibal Khury, Caíto Quintana, José Antônio Fonseca, Ervin Bonkoski, Sérgio Spada, Rubens Bueno, Orlando Pessuti, Ferrari Júnior, Antônio Annibelli, Adhail Sprenger Passos e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

As operações de arrendamento mercantil constituem prática recente em nosso meio. Data do final da década de 1960, sua introdução entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. No tocante ao Poder Público, sua aplicação é ainda mais recente.

Cabe, pois, ao legislador, a iniciativa de promover o enquadramento dessas operações às leis do orçamento e de licitações, de tal forma que fique facilitado o controle e a fiscalização de sua utilização pelo Poder Público, especialmente o exercido pelo Poder Legislativo.

Por outro lado, temos observado a quantidade cada vez maior da contratação de empresas de assessoramento, auditoria e planejamento, quando o Estado possui órgãos para tais finalidades, muitos deles reconhecidos nacionalmente, não havendo, portanto, necessidade prementes para a utilização rotineira deste artifício, que somente deverá ser aplicado em casos emergenciais.

Como nossa legislação é omissa no mister, daí a razão e a justificativa da necessidade da proposta ora apresentada, a qual virá a preencher essa lacuna em nossa legislação.

PROJETO DE LEI Nº 237/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública o Centro Presbiteriano do Bem-Estar do Menor - CEPRESBEM com sede e foro em Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade mencionada no presente plano de lei tem desenvolvido excelentes trabalhos em prol do menor carente, da região Oeste do Estado, notadamente de Foz do Iguaçu.

Os documentos em anexo, dentre os quais os relatórios de atividades, bem demonstram a oportunidade deste projeto, que esperamos seja aprovado por esta Casa, e transformado em lei com a sanção governamental.

PROJETO DE LEI Nº 238/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Paulo Frontin, o imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, de forma geométrica irregular sem benfeitorias com área de

14.220,00 m² (quatorze mil, duzentos e vinte metros quadrado), situado no quadro urbano da cidade de Paulo Frontin, à Rua 14 de dezembro, com as seguintes confrontações e metragens: ao Norte, confronta-se com a primeira face com o Posto de Puericultura, Posto de Saúde e com Orestes Svidnicki, numa extensão de 98,50 metros, e a segunda face, com lote de José Tenchena, numa extensão de 31,00 metros; ao Sul confronta-se com o lote de Nelson Dozorec, e lote da Prefeitura, Parque Infantil, numa extensão de 158,00 metros; a Leste, confronta-se com a primeira face com a Rua 14 de Dezembro, numa extensão de 65,00 metros, e segunda face, com o lote de José Tenchena, numa extensão de 25,00 metros e, finalmente, ao Leste, confronta-se, com a Rua Presidente Médici, numa extensão de 144,00 metros, e conforme Registro devidamente transcrito sob n.º 11.334, às folhas 52 do livro n.º 3-I do Cartório de Registro de Imóveis, de Mallet - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende seja revertido ao Município de Paulo Frontin, foi doado através de escritura pública de doação, em 11/09/81, ao Estado com o objetivo da construção de um Centro Social Rural, através da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

Tendo em vista que até a presente data não houve qualquer pronunciamento ou intenção de ser aproveitada aquela área pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, para as finalidades previstas na citada escritura, é intenção da atual Administração Municipal utilizar aquela área em benefício da comunidade local, com obras comunitárias.

Com isso, é que apresentamos o presente plano de lei, visando a reversão daquele imóvel ao patrimônio do Município de Paulo Frontin.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongrue, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

As Universidades Estaduais do Paraná nasceram de um movimento político e histórico, deflagrado em 1969, e se tornaram realidade por decreto governamental de Paulo Pimentel, acolhendo assim, a aspiração legítima das regiões de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, constituindo, portanto, as três instituições de ensino superior do Estado.

Essas Universidades, indiscutivelmente, identificaram-se com as comunidades locais e regionais.

Porém, não podem perder a visão do universal, sob risco de se desfigurarem como instituições de ensino superior.

E, se nós formos verificar o estágio atual das três Universidades, mantidas pelo Estado do Paraná, vamos ver que tem muito a ver com a importância política, com a pujança econômica, e com a densidade demográfica das respectivas regiões.

Enfim, o estágio físico das três Universidades do Paraná, tem muito a ver com os desequilíbrios regionais em nosso Estado.

E vale bem aqui lembrar, que menor desenvolvimento regional implica em maior discriminação política.

A própria legislação federal que estabelece a forma jurídica de fundação para a organização do ensino superior, sob a égide de universidade por si só, já imprime um certo sentido privatista, isto é, impõe à comunidade local, regional ou estadual, ou até nacional, se for o caso, exigências a grande comunidade, para que ofereça os meios complementares ao atendimento as reais necessidades dessa forma de organização universitária.

Ora, quando a comunidade regional não tem condições de atender às universidades, face à desatenção por parte do Estado que a instituiu, a quem caberá pagar a fatura? Sem dúvida alguma, a clientela.

No caso das Universidades Estaduais, na medida em que não apresentem contribuições comunitárias suficientes para o atendimento de suas necessidades nucleares, caberá ao estudante universitário botar a mão no bolso com maior frequência, com maior intensidade, no sentido de equilibrar orçamentos deficitários.

O que é preciso, é que se diga que no exato momento em que as três Universidades Estaduais deflagram um movimento grevista em favor do reajuste salarial previsto para o mês de setembro, e que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, num comportamento que lhe é inerente, que lhe é peculiar, acolhe a posição adotada pelo Governo do Estado e aceita a correção em torno de 100%, do índice nacional de preços ao consumidor é preciso que não pague a fatura mais uma vez; é preciso que a Universidade Estadual de Ponta Grossa não fique agora, relegada a um plano secundário, vendo que as outras Universidades co-irmãs, através do movimento grevista, consigam sensibilizar o Governo do Estado e alcançar os índices ora reclamados.

É bom que se faça lembrar também, que ao Estado Moderno cabe fundamentalmente um grande compromisso, de corrigir os desequilíbrios regionais, não apenas promover um desenvolvimento harmônico de todo o seu território, mas, antes de tudo, como questão de justiça social.

Nós esperamos, desta tribuna, que o atendimento às três Universidades Estaduais do Paraná, seja equânime, e que o Governo do PMDB que se instalou neste Estado, há dois anos, possa aplicar uma prática as suas promessas de campanha e em torno deste assunto, começando, desde logo, a corrigir os orçamentos desequilibrados em favor das duas co-irmãs e em detrimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA - - Senhor Presidente Senhores Deputados. (Lê):

"No último pronunciamento que processamos desta tribuna semestre passado, pudemos avaliar preliminarmente o trabalho da CPI da Corrupção, que honrosamente integramos. Levantávamos, na ocasião, parte do véu da degeneração que assaltou nosso Estado por força da administração pedessista.

Luziamos, que, pessoas agindo em nome do SNI ou com sua cobertura, entre os quais quatro ligados por parentesco ao General Newton Cruz, hoje processado por agressões a Parlamentares, quando da

votação da Emenda Dante de Oliveira, montaram em menos de dois anos uma gigantesca operação de desvio de recursos da Agropecuária CAPEMI, contratada pelo Governo Federal para exploração de madeira da área inundável de Tucuruí, apropriando-se de, no mínimo, 10 milhões de dólares, pelo que deduziu o jornalista José Carlos Assis, da "Folha de São Paulo".

Ademais, elementos do sistema atraíram para o projeto diversas empresas de reputação suspeita, tendo sido privilegiada, de modo especial, a SERVIX Engenharia S/A.

A parte, a articulação do escândalo CAPEMI com o caso do assassinato do jornalista VON BAUMGARTEN, com o crime expresso pelo que se fez em TUCURUI, com os danos causados a mais de um milhão de sócios da empresa CAPEMI, e com a condenação, pela CPI da Câmara dos Deputados, do ex-Ministro da Agricultura, de Deputados malufistas, autoridades destacadas do Banco Central. Banco do Brasil, BNCC, por crime de prevaricação, à parte tudo isso, vamos nos deter agora nas repercussões do escândalo nas finanças de nosso Estado.

A base de tudo é um contrato assinado em 28 de junho de 1982, onde a SERVIX Engenharia S/A, sediada em São Paulo, sem nunca ter tido ou pretendido ter atividade no Paraná, entregou ao BADEP bens em alienação fiduciária como garantia para uma fiança que o BADEP dava à empresa no valor de seis milhões de dólares. A SERVIX assegurava que estes bens estavam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas ou responsabilidades.

Mas, com a mudança do governo, a nova diretoria do BADEP, investigando esta concessão de fiança, verificou que os bens oferecidos já haviam sido anteriormente penhorados junto a um consórcio de bancos liderados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. E mais: os bens haviam sido alienados fiduciariamente ao Banco do Brasil, em 1980.

Entre o final de junho de 1982 e meados de julho, a SERVIX levantou em quatro parcelas empréstimos que somaram seis milhões de dólares. E, pouco antes de assinar este contrato, a SERVIX havia ganho, de sobra, a concorrência para executar o linhão de transmissão de energia de ITAIPU e nas suas negociações preliminares com o BADEP, isto figurava como garantia.

Recebidos os seis milhões de dólares, a empresa requereu concordata, que foi concedida apesar de terem sido verificados mais de mil protestos de títulos da empresa. Em consequência, a concordata determinou o rompimento do contrato para o linhão de ITAIPU e frustrou-se a principal garantia.

Este breve histórico, que consta do inquérito criminal requerido pelo BADEP à Procuradoria Geral de Justiça, há cerca de dois meses, demonstra a que níveis chegou esta República. A corrupção e o favorecimento são a praxe; a probidade e justiça, a exceção. Fica, pois, justificada a preocupação que um Senador malufista anunciava dias atrás em que dizia estar o Presidente Figueiredo preocupado com a possibilidade de revanchismo na hipótese de vitória do opositor Tancredo Neves. Ora, Senhor Presidente, se revanchismo é apurar e punir os corruptos, então está aqui um deles, pois que não suporta a corrupção, a desonestidade, a malversação do dinheiro público.

Neste sentido, estamos encaminhando ao Senhor Secretário de Estado das Finanças e à Diretoria do BADEP,

através da Chefia da Casa Civil, requerimento em que solicitamos informações sobre quem autorizou a inusitada operação financeira; por que o BADEP foi escolhido para privilegiar uma empresa não paranaense; não foi por acaso para atender pressões vindas de Brasília, sobretudo da área de informações; quem são os terceiros citados na petição que com suas condutas teriam concorrido para a consumação do delito; em que situação se acha a tramitação do processo judicial; se já foram efetuados os pagamentos e a que grupos financeiros ou empresariais. O BADEP foi lesado e o Paraná exige a imediata punição dos responsáveis.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odenu Mongrue, inscrito.

O SR. ODENU MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 18 de setembro, fazendo uso desta tribuna abordávamos problemas referentes a desequilíbrios regionais, e levantávamos a situação em que se encontra os Campos Gerais, que têm como cidade pólo, Ponta Grossa. Justamente, o que procuramos neste sentido é fazer com que as intervenções do Estado e da União nessas regiões menos desenvolvidas, se faça de maneira mais presente, através de planejamento para tal fim elaborado. É preciso, com relação aos Campos Gerais, a elaboração de um plano integrado para o desenvolvimento regional, que articule os diversos planos governamentais contribuindo para a recuperação regional dos Campos Gerais, colocando-a nos níveis de atendimento e de evolução das demais regiões melhor assistidas, e afinal, com o plano de Estado proposto pela administração do PMDB.

O desenvolvimento dessa região somente será possível em níveis satisfatórios, na medida em que os fatores da área sejam complementados pelos fatores externos, resultantes da efetiva participação dos demais planos governamentais do Estado e da União.

A par do entusiasmo, da mentalização e do desejo dessas comunidades e de suas lideranças se desenvolveram, é indispensável que outros mecanismos possam ser incorporados e acionados através da efetiva participação do Estado e da União contribuindo para a formação de uma infra-estrutura que provoque suporte, e oriente o processo de desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deseja-se para os Campos Gerais um desenvolvimento regional que seja justificado pelo atendimento às necessidades básicas de população, quanto à educação, saúde, habitação, alimentação e transporte.

Um desenvolvimento caracterizado pela melhoria do desempenho das pequenas e micropropriidades rurais, diminuindo as perdas no setor e alcançando níveis satisfatórios de produção agropecuária, na região.

Enfim, o que se deseja aos Campos Gerais é um desenvolvimento que seja reflexo de iniciativas empresariais nos diversos setores de atividades econômicas, que geraram novos empregos e que resultou também, da acumulação e do investimento de capital regional, incentivados por medidas governamentais.

Visto sob esse prisma, o processo de desenvolvimento regional só será possível mediante a tomada de decisões integradas e alicerçadas no planejamento, de sorte que, a ação possa ser orientada, alimentada e realimentada durante o processo executivo de intervenção, por um

plano que dimensione tais medidas.

Os Srs. Prefeitos dos municípios que integram a Associação dos Municípios dos Campos Gerais, pelo grau de identificação, pela capacidade de trabalho e por propósitos comuns, vêm imprimindo um sentido coletivo de esforços em favor do desenvolvimento global da região. A realização de novos estudos constitui uma oportunidade concreta de se rever a realidade regional para, a partir daí, surgir uma proposta concreta de intervenção governamental capaz de estimular o desenvolvimento regional.

As ações propostas devem levar em conta as profundas transformações ocorrentes ao longo da década de 1970 e os primeiros anos desta década, transformações em toda a vida estadual e que afetam, direta e mais intensamente, a região dos Campos Gerais.

É sob essa ótica, que um planejamento para a região deve ser orientado.

A região foi uma das que não sofreu um processo de esvaziamento demográfico, tendo a população dos dez municípios que a compõe, experimentado um incremento de quase 40%, de 1970 para 1980, uma taxa elevada em vista da média estadual inferior a um por cento.

Houve um expressivo incremento populacional, acompanhado de um acelerado processo de urbanização. A população urbana cresceu na década 58%, pressionando a demanda por serviços públicos urbanos.

Dentro da região, Ponta Grossa é o município que apresentou o maior crescimento, consequência do surto de industrialização que se processou a partir da instalação do complexo de soja, já na primeira metade da década passada.

Houve, pois, um “inchamento” populacional, sem a contrapartida de um correspondente crescimento econômico, o que se acentua pelo descompasso verificado em relação a algumas outras regiões, especialmente a da Metropolitana.

O valor adicionado reflete, em boa parte, o pulso da economia. Os municípios da região não apresentam ganhos, mantendo-se mais ou menos estáveis nos últimos dez anos, não porque a economia apresentasse um alto processo de estagnação, mas pelo fato de outras regiões ostentarem ritmo bastante acentuado, como os casos de Araucária e Quatro Barras, que sem dúvida tiveram um grande impulso.

Os Senhores Prefeitos sabem como é importante a definição do valor adicionado, já que é com base nele que se atribui o nível de participação do município no total das quotas do ICM. Uma participação menor gera dificuldades às administrações municipais de empreenderem seus programas, sobrevivendo, como consequência, a deterioração da qualidade de vida e de atendimento às necessidades da população.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estendi-me um pouco sobre problemas que afetam a população dos dez municípios da região que tenho a honra de representar nesta Casa.

Julgo inteiramente justo que voltemos permanentemente nossas preocupações para as condições de vida e de trabalho da gente de nosso Estado. Vivemos tempos difíceis, mas é preciso sempre persistir, aprofundar o conhecimento da realidade, buscar as soluções para os problemas, encontrar o caminho certo que conduza a estágios cada vez melhores de vida.

De uma coisa estou certo. Não é por esse caminho, pelo qual estamos indo, que chegaremos a algum avanço. Sem dinamismo em sua base econômica, por certo os

municípios dos Campos Gerais verão decrescer os seus percentuais correspondentes às quotas do ICM.

Eu chamo a atenção dos Srs. Deputados, de um modo geral, para este assunto que diz respeito às regiões discriminadas no atendimento governamental, seja ele do plano estadual, e do plano federal, em particular, aos Deputados que integram a representatividade da região dos Campos Gerais. Porque isto, sem dúvida alguma, é um fato trágico, pois induz, também, a um outro tipo de discriminação: a discriminação política, facilmente constatável, embora não explicável, como é o caso, por exemplo, das dotações de verbas das Universidades Estaduais do Paraná, assunto sobre o qual me referi no Pequeno Expediente.

A nossa Universidade, a de Ponta Grossa, recebeu proporcionalmente menos que as demais instituições de ensino superior. A Cidade de Ponta Grossa recebeu também, proporcionalmente, menos que o que vem recebendo os demais municípios integrantes no conserto paranaense, na condição de municípios expressivos.

A Universidade de Ponta Grossa recebeu proporcionalmente menos, do que as duas demais, em relação, por exemplo, ao número de alunos que mantém, em uma prática já adotada anteriormente, isto me referindo às dotações para a corrente ano.

Ponta Grossa, foi discriminada, também, quanto ao recebimento de verbas de decisão pessoal do Governador do Estado, as verbas ditas de assistência social. Mesmo sendo o segundo município do Estado, em termos de população, fora da Capital, recebeu menos que quatro ou cinco outros municípios.

Quanto aos valores globais recebidos do Estado em 1983, excluído o Imposto de Circulação de Mercadorias e valores originários de órgãos e programas previstos no orçamento geral, conforme relatório solicitado ao Poder Executivo, através de manifestação do ilustre Deputado Werner Wanderer nos ofereceu os dados sobre os quais alinhamos essas argumentações.

Ponta Grossa ficou com cerca de 79 milhões desses recursos, em 20.^o lugar, na ordem decrescente, enquanto Londrina, com 609 milhões, em segundo lugar, no que se refere a essa forma de atendimento.

E é bom que se saliente aqui, por mais uma vez, menor dinamismo, maior marginalização. Por isso, o apelo que estamos dirigindo ao Governo do Estado para que mediante um convênio, sejam proporcionados recursos necessários à Universidade Estadual de Ponta Grossa, para que ela, por seu instrumental e seus recursos humanos e materiais,...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ODENI MONGRUEL — A seguir... materiais, em conjunto, com a comunidade pontagrossense regional, regional, realize um novo diagnóstico da situação sócio-econômico da região dos Campos Gerais, a partir do qual se elabore um plano integrado de desenvolvimento, articulando todos os demais planos existentes para a área, plano destinado a promover a integração de todas as ações e esforços dos três níveis de governo, bem como da comunidade em questão.

Todas as regiões têm pleno direito de aspirar a condições cada vez melhores de vida, direito também das populações dos Campos Gerais, que se vê, paulatinamente, decrescer a sua participação relativa no conjunto do Estado do Paraná.

A consciência crítica dessa situação recomenda-nos o apelo que ora fazemos ao Governo do Estado, em favor da referida região e do Paraná por inteiro.

A responsabilidade pública impõem-nos a posição de defesa dos interesses da comunidade dos Campos Gerais, face às desatenções governamentais que contribuem para acentuar ainda mais os desequilíbrios regionais.

É com satisfação que concedo o aparte ao eminente Deputado Edmar Luiz Costa, integrante da representatividade política dos Campos Gerais.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado, tenho profunda admiração por Vossa Excelência, mas parece-me que sua voz está solitária nos Campos Gerais, quando afirma que o Governo José Richa, está discriminando a Universidade de Ponta Grossa, está discriminando o Município de Ponta Grossa, e está discriminando os Municípios dos Campos Gerais.

Lamentável esse fato.

Quanto à Universidade de Ponta Grossa: se não houve expansão na Universidade de Ponta Grossa, isso se deve principalmente, às administrações anteriores, que eram designadas pelo PDS. E um dos administradores de nossa Universidade, foi Vossa Excelência. Hoje é evidentemente, os parâmetros que estão sendo observados pelo Governo do Estado, para destinação de recursos às Universidades Estaduais, as de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, são frutos do que foi plantado no passado. Se se plantou pouco em Ponta Grossa, nós não temos culpa, o PMDB não tem culpa. Nós estamos recuperando o terreno perdido e posso afirmar a Vossa Excelência, que a situação já será bem diferente no Orçamento deste ano.

Quanto aos auxílios dados através da verba do Palácio, pode ser que Ponta Grossa não tenha recebido tanto quanto merece, mas um fato Vossa Excelência esqueceu.

No ano passado, quando o sufoco financeiro da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa era dos maiores, e Vossa Excelência tem pleno conhecimento disso, a fundo perdido, o Governo do Estado repassou à Prefeitura de Ponta Grossa, a importância de 195 milhões de cruzeiros, coisa que nunca ocorreu nos Governos anteriores que pertenciam ao PDS.

Fala Vossa Excelência em discriminação na região dos Campos Gerais. Eu traria a Vossa Excelência, os Prefeitos de Piraí do Sul, de Castro, de Tibagi, de Teixeira Soares, de Palmeira, todos os municípios integrantes dos Campos Gerais, para deporem nesta Casa e eles afirmarão tranquilamente, que jamais, e alguns deles já foram Prefeitos em épocas passadas, jamais receberam tanto apoio de um Governo Estadual, como do Governo José Richa. E veja Vossa Excelência, que alguns dos Prefeitos pertencem ao PDS. O Prefeito de Teixeira Soares pertence ao PDS. O de Piraí do Sul pertence ao PDS; o de Tibagi pertence ao PDS, e deles, de viva voz, ouvi somente elogios à posição tomada pelo Governo de José Richa.

Portanto, eu lamento dizer que vossa voz é solitária nesse aspecto, porque os Campos Gerais de um modo global, pertencem os Prefeitos ao PDS ou ao PMDB, estão sendo atendidos igualmente pelo Governador José Richa e a região, no seu todo, jamais teve apoio de um Governo Estadual, como está tendo agora com José Richa. Trarei depoimentos e números, na próxima semana, para debater os argumentos de Vossa Excelência.

Mesmo assim, cumprimento-o pelo interesse que

O SR. ODENI MONGRUEL — Gostaria, inicialmente, respondendo ao Deputado Edmar Luiz Costa, dizer do conceito que tenho pelo ilustre Deputado, representante de Ponta Grossa e integrante dos quadros do PMDB, porém, vejo na fala do Deputado Edmar Luiz Costa, a manifestação de defesa em favor de sua agremiação político-partidária. Deputado Edmar Luiz Costa, é um homem atilado, e consciente nas suas colocações, mas neste instante, pelo arroubo que o levou a manifestar-se em torno da fala que fiz desta tribuna e que não é fruto da colocação passional e apaixonada e nem da visão facciosa. Esta fala é produto de um estudo meditado em cima de informações recolhidas do próprio Governo do Estado do Paraná, e volto a frisar, resultantes do requerimento aprovado nesta Casa, de autoria do Deputado Werner Wanderer, e que implicou na prestação de informações pelo Governo José Richa, e nós debruçamos em cima desses valores.

Quanto ao auxílio financeiro perpetrado em favor da administração municipal de Ponta Grossa e que implicou no pagamento do 13.^o mês aos funcionários daquela Prefeitura Municipal, provavelmente a contabilização deva ter ocorrido no ano de 1984. Eu fui bem claro, pois, me apoiiei no relatório encaminhado a esta Casa, sob encomenda do eminente Deputado Werner Wanderer.

Quanto à discriminação que faço referência, não se esgota na pequenez do partido, nas dimensões da agremiação partidária. O meu estudo tem a conotação do estudo científico. Eu estou chamando a atenção, a minha crítica é muito mais no sentido da orientação e peço ao eminente Deputado que se inteire, por um todo, desta fala que iniciei no dia 18, no Horário da Liderança do PDS e que concluo no dia de hoje.

É preciso Deputado Edmar Luiz Costa, que se verifique o todo da matéria para entender a razão desta nossa proposição. Mas, permito-me, pelo que conheço de administração pública e de planejamento, contrariar o seu ímpeto e até quem sabe o seu desejo partidário de que a sua agremiação corrija distorções e erros, que não são conjunturais — são históricos, são estruturais. E que não se esgota, absolutamente, nos últimos anos, mas que vem há muitotempo. E isto é uma regra geral em qualquer país do mundo, onde as regiões menos desenvolvidas, menos no sentido relativo. Eu não digo que a minha Cidade de Ponta Grossa não tenha a sua pujança.

É lógico que tem, e a despeito de governantes ela continua crescendo, porque é fruto do trabalho de seu povo. O que eu estou mostrando é a influência relativa no conserto do Estado, porque, Vossa Excelência, não pode fazer o cego — que não vê as regiões desenvolvidas do Paraná, como a Região do Norte, do Oeste, do Sudoeste estão, realmente, recebendo sempre cada vez mais, volumes de recursos que as fazem ainda mais pujantes e que acentuam cada vez mais o desequilíbrio regional.

Veja Vossa Excelência, as intervenções do Governo do Estado, na Região dos Campos Gerais, duas delas em termos de projetos especiais se destacam de maneira muito evidente. A inauguração da Rodovia PR - 340, que interliga Castro a Tibagi, e agora essas inaugurações que teremos dentro de poucos dias, de trechos de estrada que vai de Pirai do Sul ao Município de Tibagi, mais especificamente na localidade de Ventania e de lá seguindo até o Município de Arapoti. Essas intervenções são frutos do próprio Governo do Estado do Paraná,

mas muito mais do que isto, representam a participação efetiva da sociedade paranaense. Sem esses dois projetos nós não teríamos sequer, observação alguma a fazer em termos de programas evidentes, de formas de intervenção que promovam, efetivamente a região. Porque não é através . . .

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu acho que Vossa Excelência não tem viajado pela região, principalmente na área rural.

O SR. ODENI MONGRUEL - Para complementar, Deputado Edmar Luiz Costa, a minha fala tem a evidência dos fatos. Estão aqui, passarei oportunamente, o meu discurso por um todo; tomarei a liberdade de fazê-lo, Deputado Edmar Luiz Costa. Sei que Vossa Excelência é um homem dedicado, responsável, e até gostaria que após a leitura demorada, porque de fato, o Plenário, pela sua maneira de se portar, isso é tão comum no Parlamento, nem sempre, na sua integridade, está disposto a acompanhar a fala de quem está na tribuna. Como o assunto nos diz respeito mais diretamente por se tratar da Região dos Campos Gerais, vou valer-me desta amizade que usufruo com Vossa Excelência encaminhando-lhe o meu discurso. Aí sim, Vossa Excelência vai se debruçar sobre ele e peço-lhe que me auxilie em tudo aquilo que, evidentemente, tenha eu cometido alguma imprudência. Principalmente, em querer procurar o culpado. Não é essa a minha finalidade, na tarde de hoje. O que eu procuro, isto sim, é através de uma proposta efetiva de mudança, raciocinarmos em termos concretos.

É lógico que não vamos redimir os Campos Gerais, como não vamos redimir o litoral em um prazo de mandato de quatro anos. E nem se pode ter esta pretensão, até porque estaríamos sendo extremamente tolos e ingênuos se acreditássemos nisto. O que nós estamos fazendo é apresentar uma proposta a Vossa Excelência que, estudioso como é, vai se debruçar sobre ela e por certo, já a partir da próxima semana, assessorado por Vossa Excelência voltarei a esta tribuna e farei as correções de ordem científica de planejamento e de administração pública que, eventualmente, venham a comportar da minha fala.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu acho que são fatos concretos os que Vossa Excelência está abordando.

O SR. ODENI MONGRUEL - Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado. Havendo declinado, consulta a Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, ocupará, inicialmente, a tribuna o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Com a palavra, o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

“O Paraná, como a maioria dos Estados brasileiros

enfrenta, hoje, uma série de dificuldades em vista da situação econômica do País.

Tais dificuldades são sentidas em quase todas as áreas, inclusive no Turismo. Sabemos que nosso Estado tem importantes pontos turísticos, tem Foz do Iguaçu que é um pólo nacional e atração internacional. Tem, além disso, Vila Velha, Lapa, a Serra do Mar, o Litoral.

Mas, em face dos apertos econômicos que atingem os brasileiros, o movimento turístico tem sido considerado fraco. Não obstante ao trabalho desenvolvido pela PARANATUR, o comércio turístico está em compreensível fase de recessão.

Diante disso, há um grande interesse em promover mais o turismo interno, isto é, fazer com que os paranaenses primeiro conheçam o Paraná. Procurem visitar as nossas cidades os nossos pontos turísticos.

Isso faz sentido por diversos e claros motivos, mas podemos citar dois: primeiro, os paranaenses, como os demais brasileiros, enfrentam dificuldades e procuram reduzir as despesas em viagens de lazer e recreação. Segundo, porque seria um dos meios de compensar, em movimentação, a queda na recepção de turistas de outros Estados.

Sabemos que os paranaenses fazem turismo, ao menos o turismo de massa, nos meses de férias escolares, na temporada de verão quando todas as condições - inclusive de clima - são mais favoráveis.

Todavia, o calendário de férias que foi adotado nos últimos dois anos veio em prejuízo de qualquer tentativa de se aproveitar mais o período para incrementar o turismo interno.

As aulas reiniciando já no comecinho de fevereiro, praticamente mutilam o mês de janeiro e anulam fevereiro. Com isso, perdemos cerca de um mês e meio geralmente na melhor época do ano e quando o clima está mais favorável.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa proposição, através de requerimento a esta Mesa, é no sentido de que a Secretaria de Estado da Educação reveja este ano os critérios de adoção do calendário escolar para 1985. Assim, poderemos ter o período de férias escolares terminado no final de fevereiro.

Por força de lei, as férias devem ser de três meses. Como a lei permite a fragmentação desse período, tem ocorrido modificações que a nosso ver não trazem benefícios. O ideal é que os três meses sejam corridos, isto é, dezembro, janeiro e fevereiro.

Sabemos que a PARANATUR tem gestionado nesse sentido, inclusive oferecendo exemplo de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, por exemplo, onde a Empresa Estadual de Turismo e a Secretaria da Educação chegaram a um denominador comum.

Devemos lembrar, Senhor Presidente, que o calendário de férias deverá ser fixado agora em outubro, senão, portanto esta, a oportuna ocasião de solicitarmos que a Secretaria da Educação leve em consideração, não somente este nosso apelo, mas também o apelo da PARANATUR, o apelo da população, o apelo do bom senso em favor do Paraná e do nosso turismo".

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, em continuidade, falará o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores

Deputados.

Como se não bastassem os constantes sobressaltos que se abatem sobre os produtores rurais deste País e de nosso Estado, tais como a eterna promessa e que não se concretiza sobre a prioridade agrícola e a consequente expectativa infundável sobre preços mínimos, seguro rural, escassez de sementes e alta vertiginosa dos insumos uma nova preocupação abate sobre o nosso meio rural: o alagamento de áreas férteis.

E neste particular, o Estado do Paraná revela-se pródigo em não receber não as benesses, mas os constantes infortúnios das decisões do Governo Federal: até há pouco tempo Itaipu, ontem Ilha Grande, hoje Capanema.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Sudoeste de nosso Estado vive momentos de angústia a partir do momento em que os técnicos iniciaram os levantamentos nas proximidades de Salto: Capanema, no Rio Iguaçu, visando a construção de mais uma barragem para instalação de outra hidrelétrica. Os agricultores passam por momentos de pânico, e há razões de sobra para isso: de uma para outra, tanto esforço e tantos frutos do sofrimento até de gerações, correm o risco de serem destruídos. E não é para menos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, basta lembrar os fatos ocorridos nas áreas em que foram e em que estão sendo construídas as hidrelétricas para saber que, por tradição dos lares, as propriedades, o meio ambiente e a vida muito sofrem.

Hidrelétrica de Capanema, 45 de queda com a lâmina d'água alagando até Salto Caxias, serão oito máquinas de cento e cinquenta megawatts e que irão gerar um milhão de duzentos mil quilowatts para o Brasil, mas que também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, irá alagar nove mil hectares do nosso Estado, já descontada a calha do rio nove mil hectares de terra da mais alta produtividade do Vale Iguaçu serão alagados pela Usina de Salto Capanema.

O Sr. Sérgio Spada - Solicito um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, nós tomamos conhecimento do movimento que está sendo realizado na região de Capanema, Planalto, justamente a região de representação de Vossa Excelência, justa e que merece o apoio, não só de Vossa Excelência, mas de todos os Deputados nesta Casa, inclusive do PDS. Porque não, de toda a comunidade, de toda a sociedade paranaense, porque está mais uma vez acontecendo aqui, no Estado do Paraná, uma forma de espoliação, de exploração das riquezas do nosso Estado para gerar riquezas para Estados como São Paulo e outros Estados da Federação. As consequências dessa inundações são dramáticas, e nós temos conhecimento de causa porque fomos desapropriados pela Itaipu Binacional. São famílias que se desagregam, que saem de suas propriedades, de onde trabalham, de onde vivem há cerca de vinte e cinco, trinta anos; terras férteis que ficam debaixo d'água e improdutivas, obviamente. E qual é o benefício para o Estado do Paraná com esse tipo de construção? Absolutamente nenhum. Só prejuízo e isto sempre foi feito de maneira arbitrária e autoritária de cima para baixo, sem nunca se consultar aqueles mais diretamente afetados com esse tipo de construção.

Portanto, o movimento dos agricultores, da igreja, da classe política que está se realizando naquela região, já após terem aprendido e sentido as durezas desse tipo de desapropriação, é justo e merece todo

o nosso apoio e nobre Deputado, Vossa Excelência tem uma missão importante na divulgação desse trabalho e eu gostaria de deixar aqui o meu apoio, a minha solidariedade e a minha predisposição para apoiá-lo, ajudá-lo no que for sentido, para evitar até se for possível a construção dessa usina de Capanema no Rio Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço profundamente, Deputado Sérgio Spada, até porque, Vossa Excelência como outros Deputados com assento nesta Casa, sabem perfeitamente o rastro de miséria de conflito social que ficam atrás das usinas quando construídas sem o devido cuidado para assegurar ao meio ambiente e ao problema social, as condições de que não sejam agredidos tão duramente.

O Senhor Paulo Furiatti - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência faz um pronunciamento sobre o assunto que é merecedor da atenção dos verdadeiros paranaenses e brasileiros em função de mais um crime que se tenta perpetrar contra o Paraná e contra a Nação brasileira. Nós devemos nos unir e impedir que a Usina Hidrelétrica de Capanema seja viabilizada, impedir radicalmente contra a construção, porque, primeiro é um crime econômico nos nove mil hectares de área que devem ser inundados, existem cerca de novecentos agricultores, visto que a média dos hectares da região é de dez hectares, portanto num momento em que todos estamos envolvidos na resolução do problema dos sem terras no Paraná, no momento em que o Governo do Paraná e mesmo o Governo Federal que diz que está investindo recursos para reassentar o homem na terra, por outro lado esta obra irá desalojar 900 pequenos agricultores que não terão onde ir e novamente teremos 900 agricultores às beiras das cidades ao invés de produzindo, consumindo.

Nós teremos um crime social, nós teremos um crime econômico, porque nesta área de abrangência da Usina Hidrelétrica de Capanema, cerca de 160.000 sacas de feijão, irão não só fazer falta aos centros consumidores como também a estes agricultores passarão a ser consumidores.

Além disso, é um crime ecológico, porque iremos inundar o Parque Nacional do Iguaçu, uma das poucas áreas verdes que este Estado tem e possui, portanto eu me alio ao vigoroso pronunciamento de Vossa Excelência e me coloco ao inteiro dispor para que iniciemos a nível de Parlamento, a nível de Prefeitos, de Vereadores, de Governo do Paraná, um movimento radicalmente contra a Usina Hidrelétrica de Capanema, para que não permitamos o crime ecológico, econômico e social que advém com a Eletrosul nesta obra.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço, Deputado Paulo Furiatti, que Vossa Excelência traduz exatamente o anseio e a preocupação dos moradores dessa vasta região.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Parque Nacional do Iguaçu, antes intocável, e que teve até hoje no IBDF o defensor maior, impedindo inclusive o asfaltamento da BR-163, porque esta estrada de ligação do Sul do País com as demais regiões via Sudoeste, passa dentro do Parque e será agora atingido pelo reservatório da Hidrelétrica de Salto Capanema.

São mais de 18 Km² do Parque Nacional que serão atingidos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, num verdadeiro desastre ecológico a ser praticado naquela região e nesse particular nos permitimos um parêntese, o movimento em favor da BR-163 vai aos idos da década de 60, quando em defesa de um dos mais legítimos interesses da fronteira Oeste e Sudoeste do Estado, numa conjugação de esforços suprapartidários as lideranças da região envidaram todos os esforços para esta conquista, sistematicamente as esperanças de concretização deste sonho, encontraram barreiras nas negativas do IBDF, que numa interpretação ao nosso ver desprovida de embasamento legal, negava-se a autorizar o asfaltamento de uma estrada que existe de fato dentro do parque na ligação Capanema - Medianeira.

E qual a justificativa do IBDF? Amparados num decreto que proíbe a abertura de linhas de transmissão, de estradas e parques, julgou sempre o Instituto ser uma agressão à natureza a existência de tal rodovia.

Chamo a atenção Senhor Presidente e Senhores Deputados para o aspecto de que tal estrada já existe e nossa pretensão simplesmente seria a de revesti-la.

E nesse aspecto tenho aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados o ofício do Secretário Deni Lineu Schwartz datado de 25 de agosto de 1983, dirigido ao Governador José Richa mostrando a pretensão de construir o asfalto ligando Capanema e Medianeira passando 18 Km dentro do Parque Nacional e eu insisto, numa estrada que já existe há muitas décadas. Seria simplesmente, revestir uma estrada que lá já existe.

O Senhor Governador do Estado recebendo o ofício do Secretário de Transportes, encaminhou um ofício ao Doutor Mauro da Silva Reis, M.D. Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Este ofício foi mandado em data de 15/09/83 solicitando ao IBDF que autorizasse o asfaltamento desta estrada e, eu insisto, numa estrada que já existe há mais de 3 décadas.

Na mesa do Diretor-Presidente do IBDF, eu me permito ler desta tribuna o amparo legal que o Digno Presidente usa para negar da iniciativa.

Diz no seu ofício resposta: "Tal impedimento é preconizado pelo Decreto n.º 4.017 de 21/09/79, que aprovou regulamento: dos parques nacionais brasileiros ao qual faz restrição à execução de obras rodoviárias, ferroviárias, oleoduto e etc., que não sejam de interesse das unidades de conservação e veda prática de atividades que possam ameaçar a preservação e dos sistemas de parques do país.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, preocupa-me, profundamente, que se nega, sistematicamente, autorizar o revestimento asfáltico desta estrada que já existe, nada tenho feito em surdina, em silêncio sem ouvir as populações prejudicadas num verdadeiro ato de omissão, de arbítrio, de prepotência, concorda calado e mudo com a construção da hidrelétrica de Salto Capanema.

18 Km de revestimento de uma estrada não pode, mas, mais de 20 Km² de alagamento total do Parque Nacional com a destruição da sua fauna e flora, é possível acontecer nesta Nação, onde o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal nada faz para preservar aquilo que nós mais temos e queremos que é o maior Parque Nacional existente no sul do Brasil.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é justa pois a preocupação dos agricultores daquela

região; da comunidade daquela região; dos setores políticos daquela região dos estudantes que estarão também numa grande passeata, alertando ao Estado, à Nação, para o crime ecológico que se pretende realizar na custa de uma hidrelétrica desnecessária para o tempo.

E nós, aqui, reafirmamos aquilo já afirmado em pronunciamentos anteriores: o absurdo de se querer transformar o Estado do Paraná num grande reservatório pois, mais de 57 hidrelétricas estão em planejamento no Estado do Paraná, transformando um Estado, hoje, orgulho da Federação na produção de grãos agrícolas, num grande lago, para refletir a miséria do Sul do Brasil, devido à falta de cuidado daqueles que deveriam preservar a riqueza econômica desta Pátria e a riqueza ecológica desta Nação.

Em nome de mais uma hidrelétrica, sacrifica-se portanto, o Parque Nacional do Iguaçu, e as terras férteis de nosso Sudoeste. Expulsam-se os produtivos proprietários de nossos minifúndios; agride-se o meio ambiente, com consequências imprevisíveis; afogam-se estradas e pontes, diminui-se a produção.

Tudo por mais uma hidrelétrica que não precisamos por mais energia que já está sobrando.

Até quando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governo Federal abusará dos interesses, do boa-vontade e da paciência do Paraná e dos paranaenses.

E nós, representantes do Estado e de sua gente, continuaremos permitindo? Não!

Já é hora do basta!

Por isso, conclamamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para passarmos a ação, ou o futuro, com razão, não nos perdoará.

Somente o anúncio da possibilidade da construção de uma barragem, mesmo a médio ou longo prazo, já traz prejuízos imediatos. As terras desvalorizam-se, cessam os investimentos, a especulação aumenta, a produção diminui.

É nesse contexto que temos que entender realidade de inúmeras regiões do nosso Estado.

Afinal, fora as áreas antes inundadas, ou em via de sê-lo, por obras iniciadas, são 37 - note bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados - 37 são as novas hidrelétricas atualmente em estudo no território paranaense.

Estamos sabendo que, mais uma vez, agora em Capanema, todas as medidas que facilitam a construção de barragem, estão sendo tomadas, incluindo a conscientização da população para os pseudo-benefícios que, sabemos que, quando muito, a poucos beneficiam, e, ainda assim, a curto prazo.

Nós representantes do povo deste Estado, devemos exigir do Governo Central, não depois, pois sabemos da inviabilidade de tentativas anteriores, mas, antes do empreendimento tornar-se irreversível as medidas próprias em relação à tranquilidade das famílias atingidas dos proprietários desalojados e do meio-ambiente ferido.

Em razão disso, nossa posição deveria ser a de que nenhuma hidrelétrica deveria ser iniciada em nosso Estado, antes que se tenha garantia de que o Paraná e os paranaenses não tenham seus direitos esbulhados.

Ao que nos cabe, evidentemente todos os esforços para evitar tais desastres ecológicos e destruição de terras férteis, e para tanto, estaremos juntos com a comunidade do Sudoeste, e queremos convidar todos os Parlamentares desta Casa, no próximo domingo, em Capanema, uma grande passeata, ordeira, porém enérgica, mostrando

que não vamos aceitar passivamente o alagamento de nossas terras, a destruição de parte do nosso Parque, e a evidente geração de problemas sociais e a diminuição de nossa produção.

O Sr. Tuguio Setogutte - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria parabenizar Vossa Excelência nesta tarde, quando vem de encontro as minhas exposições que têm sido até constantes, com referência às hidrelétricas aqui no Estado do Paraná.

E, quando Vossa Excelência traz, nesta tarde, mais um assunto sobre uma hidrelétrica eu quero dizer da minha satisfação, porque realmente, denunciado a não necessidade, das construções pelo menos nos próximos dez anos de início de construção, porque a projeção seria para daqui há vinte anos. Então essas construções: que estão aí para serem iniciadas ou em projeções, poderiam ser feitas nos próximos vinte anos. Era isso que queria colocar, quando Vossa Excelência hoje, me dá oportunidade, quando no outro dia, ainda, vinha em defesa da construção de Segredo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Setogutte, eu agradeço o aparte, conheço a sua formação e a sua luta em favor da não construção de hidrelétricas. Nós voltaremos a este assunto, ele é empolgante, precisa ganhar o devido valor que merece no estágio que estamos vivendo, sob pena de, por omissão, permitiremos que se continue praticando contra o Paraná os crimes que estão sendo cometidos, e destruindo a nossa ecologia, o nosso meio-ambiente, a nossa produção. Infelizmente, o restante do horário deverá ser usado por um outro Deputado do partido, e encerro aqui esse pronunciamento, conclamando aos companheiros para cerrarmos fileiras em favor da causa do Paraná. (Sem revisão do orador).

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Senhor Presidente, o restante do Horário da Liderança do PMDB será ocupado pelo Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por cinco minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê): No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, repousa para a posteridade o brasão primeiro da terra brasileira.

A árvore encimada pela cruz, símbolo da Terra de Vera Cruz, o paraíso terrestre descrito por Caminha.

"Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste ponto houvessemos vista, será tamanha que haverá bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa (...)

Pelo Sertão, nos pareceu vista do mar, muito grande por que a estender olhos não podíamos der senão terra e arvoredos e terra que parecia muito extensa (...)

Em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar dar-se-á tudo nela por causa das águas que tem".

Ao longo da nossa história nascida sob o signo da dominação e do escravismo, vemos nossa gente paupérrima e nossas riquezas sendo sangradas vertiginosamente através dos mares.

Não terá sido este o desígnio registrado sobre o

pergaminho para simbolizar nossa terra. Ironicamente, nosso brasão parece mais significar o sacrifício que a esperança. A crucificação do homem brasileiro condenado a morrer de fome entregando todo o fruto da terra.

Mais uma vez venho a essa tribuna, convocar toda a comunidade, as entidades preservacionistas e os órgãos governamentais para uma estratégia global de salvaguarda da natureza e da cultura, apreendidas em chave global.

O vício antigo de estabelecer drásticas divisões para atuação técnico-profissional tem enfraquecido os legítimos movimentos de integração.

Nossas florestas estão acabando em todo o território nacional, o desmatamento indiscriminado ameaça a estabilidade da biosfera e a sobrevivência da humanidade. Somos responsáveis por 2/3 do desflorestamento do globo terrestre.

No Paraná, segundo informação obtida hoje, na Escola de Florestas da U.F.Pr., restam somente 7% das nossas florestas.

Todos os jornais mostram hoje os índices alarmantes da devastação do desperdício e da servidão.

O Instituto Brasileiro de Defesa Florestal tem oficializado o fim das florestas, e nem o Código Florestal impede o desmatamento. O Código Florestal não distingue Estados nem regiões com características diferentes, aí reside uma série deficiência.

A política florestal que começará a ser discutida amanhã, nas cidades pólo das principais regiões do Estado, pela Secretaria da Agricultura, é mais que promessa, esperança de adequação, abrangendo uma gama de propostas que vai da educação ambiental à reformulação do Código de Florestas.

Todos os homens são responsáveis pela justa ordenação do globo terrestre, com as mãos e as idéias.

Poderá um dia em breve, o brasão da terra brasileira significar: a redução e a justiça social, a distribuição igual dos frutos da terra entre todos os seus irmãos.

Este pronunciamento vem bem a propósito da comemoração do Dia da Árvore, e hoje em dia, no Paraná, dia a dia, se torna mais rara e mais difícil de encontrarmos no solo paranaense.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 167/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 38/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo a criar a "FUNDAÇÃO CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO" - CADEF, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Rejeitado o Projeto e mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, solicito que seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Trinta e cinco Srs. Deputados responderam a chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

Rejeitado o Projeto e mantido o Veto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) A Mesa está procedendo a verificação de votação, e tem um Sr. Deputado somente, que é Vossa Excelência, que está aprovando o Projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA Vossa Excelência poderia anunciar o numero de Deputados?

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) 35 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Em votação o Projeto de Lei n. 38/84; Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 48/84 (Mensagem n.º 136/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08.07.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Bela Vista do Paraíso, Cruzeiro do Oeste e Japurá, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 48/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º - Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Bela Vista do Paraíso, n.º 279/83, Cruzeiros do Oeste, n.º 302/83, e Japurá, n.º 305/83, objetivando a execução de obras para a recuperação ou construção de pontes.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 49/84 (Mensagem n.º 58/84), que aprova os Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Jaguariaíva, Terra Roxa e Três Barras do Paraná, objetivando a execução do "PROSAFRAS" no exercício de 1983.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 49/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E : —

Art. 1º — Ficam aprovados os Termos Aditivos de n.ºs 4/83, 3/83 e 1/83, datados de 18 de novembro de 1983, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Jaguariaíva n.º 352/83, Terra Roxa n.º 362/83 e Três Barras do Paraná n.º 363/83, respectivamente, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas nos referidos municípios, com recursos do PROSAFRAS/1983.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta e sete Srs. Deputados responderam a chamada.

A Presidência procederá a verificação de votação atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

26 Srs. Deputados...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de consultar à Mesa, se foram computados os votos dos Deputados que estão na galeria.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa não computou.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela Ordem. Sr. Presidente, há disposição regimental de que o Deputado em

plenário não pode deixar de declinar o seu voto. Para efeito de "quorum" ter que ser computado. Ou ele vota contra, ou a favor ou se abstém. Então, eu peço a Vossa Excelência que considere a presença dos nobres Deputados, porque não é possível não considerar presente, cinco Parçamentares que, acintosamente tenham ao menos a bondade de se retirar do plenário..

Data vênha, Sr. Presidente, não podemos permitir que isso aconteça, que Vossa Excelência ignore a presença pelo menos para efeito de "quorum". Se a Oposição, a minoria, quer usar o seu direito legítimo, o expediente regimental legítimo, mas que tenha ao menos a santa bondade, Sr. Presidente, de se retirar do plenário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Deputado Nilso Sguarezi, que o Plenário se circunscreve ao recinto privativo dos Srs. Deputados para deliberação de matérias. As galerias não compõe o plenário, e mais, é preferível ficar acintosamente aqui como estão os nossos Deputados, do que como fazem os Deputados do PMDB que se escondem atrás do biombo da Mesa que dirige os trabalhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa consulta o Deputado Ailton Cordeiro como vota.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Estou fora do plenário, não voto.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa é obrigada a considerar a presença do Deputado...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela Ordem Sr. Presidente. No momento em que Vossa Excelência procedeu a verificação de votação o Deputado Ailton Cordeiro não estava em plenário, estava nas galerias deste. Conseqüentemente, Vossa Excelência deve anunciar o resultado com base na presença dos Deputados que fizeram presença no momento da verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa, ainda baseada num pedido Pela Ordem, não tinha dado o resultado e vai da-lo agora.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Questão de Ordem, Sr. Presidente. Quero saber o seguinte: quais os Deputados do PDS que estão computados aí com a presença nesta sessão, para fazer jus aos seus subsídios.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa informa que o 1º Secretário deu a relação de trinta e sete Srs. Deputados que responderam a chamada nominal.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Se há trinta e sete Srs. Deputados, dá para deliberar e a votação a Presidência já deve ter homologado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Mas a Presidência fez a verificação de votação e vai dar o resultado agora.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — É inadmissível se trinta e sete Srs. Deputados e a Presidência não dá.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, solicitação de votação nominal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente, eu solicito a esta Presidência que evite manifestações de arruaceiros que se encontram na galeria à sua direita, que estão interferindo, na sessão, sem serem deputados presentes ao plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu solicito que Vossa Excelência diga como votou o Deputado Roberto Requião, de vez que Sua Excelência votou ao mesmo tempo contrário e a favor do projeto. Como a sua posição ainda não é transpartidária, eu solicito que Sua Excelência decline no plenário como votou, ou Sua Excelência ficou indefinido?

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente. A matéria não está vencida, Sr. Presidente, porquanto a questão de ordem do nobre Líder do PDS põe em dúvida o resultado aferido pela Mesa. Quando o nobre Deputado argumenta que o Deputado Roberto Requião votou favorável e contrário, levantou uma dúvida que tem que ser esclarecida. E isto só poderá ser feito, Sr. Presidente, com uma nova verificação de votação à matéria pertinente que Vossa Excelência não anunciou o resultado.

Em assim sendo, Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que proceda nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Respondendo a a Questão de Ordem do Líder do PMDB, quem forneceu os dados foi o 1.º Secretário e esta Mesa acredita na sua palavra.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Questão de Ordem, Sr. Presidente. Eu solicito nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa antes de conceder nova chamada nominal irá dar o resultado que o 1.º Secretário forneceu.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente. Vossa Excelência pode impedir que se verifique novamente, mesmo porque, após a verificação adentraram ao plenário e agora mesmo nós constatamos a presença do Deputado Antônio Belinati, do Deputado Airton Cordeiro, que transitou, do Deputado Odeni Mongruel. Então, Vossa Excelência não há como impedir o Plenário de se manifestar novamente. O Deputado Anibal Khury que não estava presente está agora. Nós temos uma alteração do "quorum".

Por isso, eu requeiro a Vossa Excelência uma nova verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência já fez a verificação solicitada.

O Sr. 1.º Secretário do partido do Líder do Governo, nesta Casa, já forneceu o resultado à Presidência. Vossa Excelência está anunciando a esse expediente de

solicitação de palavra Pela Ordem são medidas para procrastinar o resultado de Vossa Excelência. Vossa Excelência deve proclamar o resultado e aí sim proceder a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa vai decidir. Não é possível porque nós vamos passar a tarde inteira pedindo Questão de Ordem, porque o resultado já foi dado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não, não foi proclamado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) E é isso o que vai decidir. Vai dar o resultado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nós pediríamos a Vossa Excelência que pudéssemos nos manifestar pela ordem a exemplo dos demais companheiros que assim assim fizeram, Excelência.

Nobre Presidente, há poucos instantes fez uso da palavra deste Plenário, e aqui nós não estamos para brincadeiras, Sr. Presidente, o ilustre Deputado Airton Cordeiro. Ele fez um pronunciamento num pedido pela ordem, e Vossa Excelência fez muito bem em acatar.

Agora, nós não podemos então, Excelência considerar ausente o ilustre Deputado Airton Cordeiro. Daí a preocupação do Líder da Bancada do PMDB, antes de Vossa Excelência proclamar o resultado porque Vossa Excelência ainda não o proclamou; a preocupação do Líder impedir nova verificação de votação. Mesmo porque, o Sr. Secretário que estava trabalhando ao lado de Vossa Excelência não está mais. Secretaria os trabalhos agora a nobre Deputada Amélia Hruschka. De modo que está uma confusão.

Então, nós temos naturalmente que nos livrar dessa confusão Excelência, e a única maneira é com a verificação de votação. E nós pedimos a Vossa Excelência que proceda dessa forma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa vai dar o resultado.

Vinte e sete Srs. Deputados deram o seu voto favorável, inclusive o Deputado Airton Cordeiro que esta Mesa acatou, já que ele pediu Questão de Ordem e nenhum Sr. Deputado rejeitou.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Questão de Ordem, Sr. Presidente. Eu solicito chamada nominal, Sr. Presidente. Não pode haver esta ingerência que está havendo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Antes da Questão de Ordem...

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu estou tentando alterar a ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Mas a Presidência já deu o resultado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não, a Presidência não

anunciou o resultado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Eu acabei de anunciar. Vinte e sete Srs. Deputados aprovaram e nenhum Sr. Deputado rejeitou, inclusive o voto do Deputado Airton Cordeiro foi considerado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência, numa verificação simples, constatará a existência de trinta Senhores Deputados no plenário agora, neste instante; Vossa Excelência deu presença de vinte e oito.

(Tumultos no plenário)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa suspende...

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Senhor Presidente, eu requeiro uma chamada nominal para constatar quem são os Deputados que estão em plenário. Que é isto, Senhor Presidente, como é que o Senhor vai ser imparcial com uma sessão destas.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa autoriza a 1.^a Secretária a proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Isto.
(Aplausos)

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA — (Amélia Hruschka)
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Responderam a chamada trinta e nove Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

Sobre a Mesa requerimento do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente que solicita votação nominal para resolução n.º 49/84, após ouvido o Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa deferiu e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — (Pela Ordem)
Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa deferiu e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA — (Faz a chamada nominal)
(A Sra. Secretária procede à chamada nominal).
(Responderam à chamada 39 Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Trinta e nove Srs. Deputados responderam à chamada. Há “quorum” para deliberação.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem assento para verificação de votação, e também solicita aos Srs. que não são Deputados, que esvaziem o plenário para facilitar a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — (Questão de Ordem).

Se existem trinta Deputados que responderam à chamada, acho que tem trinta e nove Deputados aqui dentro do plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não acata este pedido, já que a Secretária está verificando o numero de Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte dos Srs. Deputados aprovam, dois rejeitam. Está APROVADO.

A Mesa solicita à 1.^a Secretária que proceda a chamada nominal para votação do Projeto de Resolução n.º 49/84.

Os Srs. Deputados que irão votar favoravelmente votam “sim”, e os que votarem contrário, “Não”.

Com a palavra, a 1.^a Secretária para chamada nominal.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA — Procede a chamada nominal, pela ordem, até o Sr. Gilberto Carvalho. Sr. Gilberto Carvalho: Presente.

(Risos).

Sr. Deputado Nelson Vasconcellos : (Questão de Ordem, Sr. Presidente). Peço que registre o voto do Deputado Gilberto Carvalho, porque votou em Plenário.

Sr. Deputado Rubens Requião: (Questão de Ordem, Sr. Presidente) O Deputado Gilberto Carvalho votou antes de fugir do plenário.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA — (Continua a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa irá proclamar o resultado. 29 Srs. Deputados responderam “sim”, e um Sr. Deputado respondeu “não”. Está APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 50/84 (Mensagem n.º 59/84), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 03.06.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaíra, objetivando a adoção de ação conjunta com vistas à execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.
Aprovado. Publicado no D.A. n.º 10.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 51/84 (Mensagem n.º 135/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Ivaiporã e Ubitatã, objetivando a adoção conjunta com vistas à execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.
Publicado no D.A. n.º 65.
Em votação. Aprovado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu peço permissão para uma comunicação à Casa, no sentido de registrar a presença nesta Assembléia Legislativa, para muita honra nossa, do professor Aristides Pinto Coelho, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos, do professor Marco Nunes, astrônomo do Observatório Nacional, e do Major-Brigadeiro, Alfredo Gonçalves Corrêia, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos, que estão em Curitiba, para instalar a

Secretaria Regional deste Instituto, e, na ocasião em que isto vai ocorrer hoje à noite no Colégio Estadual do Paraná, o professor Aristides Pinto Coelho, fará uma conferência sobre a importância da Antártida para o Brasil, e em data de amanhã, procederão uma visita ao local das futuras instalações do 1.º Observatório Astronômico do Paraná, pertencente ao Colégio Estadual em terreno cedido pela municipalidade de Curitiba, com vistas a que nós possamos acompanhar no início de 1986, a trajetória do Cometa Halley, que vai ocorrer

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa, registra, com tristeza, que foi incluído o voto do Deputado Nelson Buffara na votação nominal, quando ele não estava nem presente aqui nesta sessão.

O Sr. Nelson Vasconcellos - Questão de ordem, Senhor Presidente.

Eu acho que esta tristeza que o Senhor está lamentando, é uma matéria que já foi vencida. Eu gostaria que a Presidência registrasse a presença dos Deputados para fazer jus ao jeto. Não agora, chegando o pessoal. Fazer o registro, isto sim.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta é sempre a dúvida da Mesa. Muitas vezes, há dúvidas quanto à chamada dos Senhores Deputados, e a Mesa tem que basear naquilo que vem da 1.ª Secretária.

A Presidência exclui o voto do Deputado Nelson Buffara, já que não está, mas, está aprovado o Projeto.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 52/84 (Mensagem n.º 134/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10/10/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o "PRODOPAR". Aprovado.

(Publicado no D.A. n.º 65, de 01/08/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 53/84 (Mensagem n.º 133/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Inácio Martins e Ivaí, objetivando ação conjunta à execução do "PROSAFRAS".

Aprovado (Publicado no D.A. n.º 65, de 01/08/84).

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 27/84, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova redação ao artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, na forma que especifica. (TRANSFERÊNCIA TERRITORIAL NÃO PODERÁ SER FEITA NO ANO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

Nós deixamos e votamos, inclusive favoravelmente a este projeto do Deputado Augusto Carneiro, que visa impedir a transferência territorial, de um Município para outro, no ano das eleições.

Parece-me que realmente seria sautar, todavia, Senhor Presidente, numa pesquisa que fizemos, este projeto colide frontalmente com uma Lei Federal Complementar que estabelece que o prazo para emancipação e desanexação

territorial, é de dezoito meses, sendo seis meses antes da eleição. Eu entendo o caráter disciplinar e até ético que motiva este projeto. Todavia, ele vai totalmente de encontro a uma lei maior, de ordem complementar e eu entendo então que este projeto não tem condição de ser aprovado, embora nós tenhamos em duas Discussões, em duas votações iniciais, aprovado, mas hoje, certificamo-nos realmente, de que não tem condições de prosperar, porque ele colide com uma Lei Federal, e a competência, realmente, sobre esta matéria, pertence à União.

Por isto, nós lamentamos ter que votar contrariamente à matéria, embora louvemos a iniciativa do Deputado que tem, realmente os méritos. E faria uma sugestão: de que a Casa encaminhasse, ao Congresso Nacional, para que essa matéria fosse disciplinada, porquanto, desanexar durante o ano eleitoral, realmente pode trazer transtornos e até uma instabilidade para o processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Em votação o Projeto de Lei Complementar n.º 27/84.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Para encaminhar a votação) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando encaminhamos este Projeto de Lei para apreciação desta Casa, nós fizemos um estudo preliminar a respeito das leis que regiam e estavam em vigência concernentes ao assunto.

A preocupação do eminente Líder da Bancada Situacionista, nesta Casa, eu creio que tenha sido fundada, em função à única lei que impedia de que esta Casa tivesse poderes para legislar sobre o assunto - era o famigerado Ato Institucional n.º 5 que, felizmente, foi extinto, e era naquele Ato, que regia sobre a criação de município e que dava esse prazo de seis meses para que se pudesse fazer alterações; com a extinção do Ato Complementar n.º 5, a lei que rege sobre a orientação voltou a ser a antiga lei e aí, sem fazer nenhuma previsão de prazo.

Entendemos então, conveniente, oportuno, e justo, que se fizesse esta complementação, porque entendemos também de que, fazer alterações de divisas de municípios ou distritos, numa hora eleitoral, é sempre inconveniente, porque as pressões aparecem, e é do interesse de muitos municípios, em ganhar área territorial dos seus municípios limítrofes. Daí então é que nós fomos motivados para apresentar este projeto de lei, e entendemos, pelo menos preliminarmente - data vênica - de que a única lei federal que impedia a aprovação, ou que entrava em conflito com a pretensão deste projeto, era um Ato Complementar que felizmente, para a felicidade desta Nação, já foi extinto, e daí é que nós insistimos e solicitamos à Liderança Situacionista, de que, nesta 3.ª Votação, permita que seja aprovada esta lei, porque aí, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado terá uma outra oportunidade de se aprofundar, de saber da conveniência, ou não de sanção desta matéria, e se porventura outras leis que não sejam as que eu conheço, impedirem a votação, fatalmente este projeto será vetado, e com fundamento legal, não trazendo nenhum prejuízo para esta Casa, porque já estamos acostumados a ver aprovadas matérias que foram vetadas na área do Executivo.

Então, faço este apelo final. Se entendemos de que a lei é conveniente, se entendemos de que ela é justa, se entendemos de que ela é oportuna, porque então não aprovarmos nesta terceira votação, e submettermos a uma apreciação maior, a um estudo, porque, em caso

contrário, eu permitiria, se a Liderança Situacionista não concordar com a votação, eu me permitiria a pedir até, uma retirada de votação desta matéria, porque assim estudaremos com detalhes e se possível, eu solicito ao Senhor Presidente, faço verbalmente e rarei por escrito, o adiamento de votação desta matéria, por três sessões, para que possamos esclarecer melhor a respeito dos entraves legais que a lei tem.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Solicito ao Senhor 3º Secretário Dirceu Manfrinato que tome assento, já que o 2º Secretário está adoentado. Está com a palavra o Deputado Airtton Cordeiro, para encaminhar.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, apenas para endossar literalmente as argumentações do Deputado Augusto Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Continua em votação o Projeto de Lei Complementar nº 27/84.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - O nobre autor do projeto de lei, requereu a retirada por três sessões, Senhor Presidente, e que a Bancada do PMDB através da Liderança quer informar à Casa que nós concordamos e até louvamos a iniciativa do Deputado Augusto Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 27/84, por três (3) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada, a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 27/84, por três (3) sessões.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 164/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 134/84), que objetiva alterar o disposto no "caput", do artigo 143, da Lei nº 6.174, de 16/11/70, e dá outras providências (Revisão de Proventos de Funcionários Civis Aposentados) e Mensagem Aditiva nº 176/84, de 30/08/84 sobre a mesma matéria. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Em votação. Sobre o mesmo, emenda de Plenário.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) - Está em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 164/84?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Exato. Sobre o mesmo, também Emenda de Plenário.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu queria, antes de Vossa Excelência ler a Emenda de Plenário, como autor de uma emenda que consta do processo, a Emenda do artigo 5º, acrescentando-se um parágrafo único, eu requeriria a retirada da minha emenda, tendo em vista que Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, posteriormente à apresentação da emenda encaminhou a esta Casa, uma outra Mensagem que regulariza a situação aqui tratada e que diz respeito à questão dos professores regionalistas e não habilitados

no Serviço Público Estadual. Então, eu: requeiro a retirada da minha Emenda, da Emenda da minha iniciativa, acrescentando parágrafo único ao artigo 5º, da Mensagem Governamental.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e irá colocar a Mensagem Aditiva nº 176/84, a emenda sobre o Projeto de Lei Complementar nº 164/84.

Em votação a Emenda Aditiva do Poder Executivo. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a Emenda nº 2 de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos.

Em votação a Emenda.

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 3 de autoria do Deputado Gernote Kirinus.

Em votação a Emenda.

Aprovado.

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 64/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que veda a exclusão, par fins de destinação de recursos financeiros, os municípios, cujas contas não tenham sido aprovadas pelo Egrégio Tribunal de Contas, sob a alegação de "CONTAS IRREGULARES". Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.

Em discussão o Projeto do Substitutivo. Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

Em discussão o Projeto de Lei nº 64/83. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 65/83, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que cria na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, sob a supervisão do CETEPAR, o setor de cursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei nº 65/83. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 65/83, por dez (10) sessões.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 93/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS - ASSERVI", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 145/83, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Paranavaí, uma Escola Técnica de Agricultura, nível de 2º Grau, com o nome de "Colégio Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E. e C.A., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, solicito a chamada nominal
dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa
defer e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda
a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores
Deputados).

Trinta e seis (36) Senhores Deputados responderam
a chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação,
atendendo a solicitação do Senhor Deputado Luiz
Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e nove (29) Senhores Deputados aprovam;
nenhum Senhor Deputado rejeita. Está Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 150/83, de autoria
do Deputado HERMAD BRANDÃO, que declara de
utilidade pública o Conselho Paroquial da Comunidade
Católica de "São Sebastião", com sede e foro na
Cidade de Andará. Com PARECER FAVORÁVEL
da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 169/83, de autoria
do Deputado MÁRIO PEREIRA E OUTROS, que autoriza o
Poder Executivo a transformar em Órgão de Regime
Especial a Escola para Menores Professor Queiróz
Filho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.,
C.F. e C.E., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 195/83, de autoria
do Deputado DONATO GULIN, que autoriza o Poder
Executivo a criar o "FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
DO LEGISLADOR MUNICIPAL - FUMPLEM" e
dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL
da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 224/83, de
autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 147/83),
que dispõe sobre possibilidade de recolhimento do
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI,
sem juros, multa e correção monetária, na forma
e condições que especifica, e dá outras providências.
Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.,
por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 237/83, de
autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina
"RODOVIA URBANO PEDRONI", a PR-467, que
interliga os Municípios de Presidente Castelo Branco,
Floraí e São Carlos do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS
da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 23/84, de
autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS,
que estabelece índices para o aumento de tributos
no Estado do Paraná, conforme especifica, e dá outras
providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS
da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 30/84, de autoria
do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 69/84),
que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à

"SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS",
de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4, da Gleba 7
2ª parte da Colônia São Jerônimo situada no Município
de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 ha. Com
PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.,
por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 55/84, de
autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que assegura
a incorporação aos proventos de que trata o art. 2.º,
da Lei n.º 7.507, de 15/10/81, aos Professores que
tenham recebido gratificação de Regência de Classe
durante três períodos letivos consecutivos na forma
que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS
da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, requerimento de
autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante
do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do
Dia, por dez sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada
a discussão do Projeto de Lei n.º 55/84, dez (10) sessões.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 84/84
(Mensagem n.º 31/84 - ex-Proposição n.º 34/84), oriundo
do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o
Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado
em 06/05/83, entre o Estado do Paraná, através da
Secretaria dos Transportes e o Município de São João
do Caiuá, objetivando a adoção de ação conjunta
com vistas à execução do "PROSAFRAS/83".
Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 85/84
(Mensagem n.º 49/84), oriundo do Parecer aprovado
por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação
Técnica e Financeira celebrado em 10/08/83, entre o
Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes
e os Municípios que especifica, objetivando a execução
de obras públicas em conformidade com o "PRODOPAR".
Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 86/84
(Mensagem n.º 51/84 - ex-Proposição n.º 60/84),
oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que
aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado
em 05/01/84, através da Secretaria do Planejamento,
com interveniência da SUDESUL e os municípios
que especifica, objetivando a execução de obras de
controle sanitário. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 87/84
(Mensagem n.º 33/84 - ex-Proposição n.º 36/84),
oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que
aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira
celebrado entre o Governo do Estado, através da
Secretaria dos Transportes e os Municípios de Amaporã
em 13/10/83, e Sapopema, em 08/07/83, objetivando
a execução de obras para recuperação ou construção
de pontes. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 88/84
(Mensagem n.º 46/84 - ex-Proposição n.º 89/84), oriundo
do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o

Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 89/84 (Mensagem n.º 124/83 - ex-Proposição n.º 125/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que revigora os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, visando a execução de obras convencionadas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 90/84 (Mensagem n.º 29/84 - ex-Proposição n.º 32), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, n.º 284/84, celebrado em 08/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Helena, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 91/84 (Mensagem n.º 32/84 - ex-Proposição n.º 35/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira 79/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Enéas Marques objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS/83". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 92/84 (Mensagem n.º 130/83 - ex-Proposição n.º 52/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade, da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/07/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Londrina e Mamborê, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 93/84 (Mensagem n.º 132/83 - ex-Proposição n.º 53/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/07/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para a recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 94/84 (Mensagem n.º 56/84 - ex-Proposição n.º 61/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Convênio, entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão, em conformidade com o "PRONOROESTE". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 95/84

(Mensagem n.º 76/84 - ex-Proposição n.º 76/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 101/84, (Mensagem n.º 101/84 - ex-Proposição n.º 100/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 102/84, (Mensagem n.º 98/84 - ex-Proposição n.º 103/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Boa Vista da Aparecida, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 103/84 (Mensagem n.º 95/84 - ex-Proposição n.º 106/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 104/84 (Mensagem n.º 94/84 - ex-Proposição n.º 107/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 19/03/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme PRONOROESTE. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 105/84 (Mensagem n.º 99/84 - ex-Proposição n.º 102/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios adiante relacionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 106/84 (Mensagem n.º 93/84 - ex-Proposição n.º 108/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a participação da COMEC e os municípios que especifica,

objetivando a solicitação de recursos financeiros dos programas que especifica.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 109/84 (Mensagem n.º 106/84 – ex-Proposição n.º 115/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Convênios celebrados em 12.04.84, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, com a participação da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao “Programa de Mobilização Energética”.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 110/84 (Mensagem n.º 103/84 - ex-Proposição n.º 99/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31.12.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Piên, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 111/84 (Mensagem n.º 100/84 – ex-Proposição n.º 101/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Tamboara, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 112/84 (Mensagem n.º 96/84 – ex-Proposição n.º 105/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando melhorias das condições operacionais nos aeroportos daqueles municípios.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 114/84 (Mensagem n.º 97/84 – ex-Proposição n.º 104/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que altera os seguintes dispositivos da Lei n.º 6.174, de 16.11.70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO) no Capítulo III – Da Aposentadoria artigo 140 – Modificação no inciso II e § 2º. No Capítulo VI – Do Vencimento e da Remuneração - Artigo 159 e acresce Incisos e Parágrafos,

conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA;

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, na qualidade de Vice-Líder do PMDB e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei Complementar n.º 03/84.

Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84 por dez (10) sessões.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 58/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que dispõe que os novilhos, matrizes e reprodutores que forem comercializados nas feiras de gado credenciadas pelo Poder Executivo, ficam isentos do pagamento do I.C.M., e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. por unanimidade.

Está em discussão o Projeto e o Substitutivo. – Em votação o Substitutivo Geral. – **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 59/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que dispõe sobre a criação de espaço para fins publicitários na contracapa dos Livros Didáticos utilizados pela Rede de Ensino Público de 1º e 2º graus, bem como em todo material escolar e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 77/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA GUSSO E JARDIM PARANÁ”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 84/84, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria o Distrito Administrativo de Vidigal, no Município de Cianorte, com sede no Município de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 95/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a “IGREJA METODISTA CENTRAL”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.

Em discussão o Projeto e o Substitutivo. – Em votação o Substitutivo Geral. – **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 101/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Campo Alto, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 102/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública o Centro de Pesquisa, Orientação e Assistência à Família — CPOAF, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 107/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que denomina ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR IVO ZANLORENZI — Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, a atual Escola Embaixador Lincoln Gordon, em Campo Comprido, nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 154/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública a “UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL — REGIÃO DO PARANÁ”, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 155/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que denomina Distrito Administrativo de NOVA TEBAS, o atual Distrito Administrativo de BELA VISTA, no Município de Pitanga, mantidas suas divisas, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 210/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 169/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (HUM BILHÃO, TREZENTOS E CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), destinados a atender despesas com Serviços de Terceiros da Subchefia de Comunicação Social, no corrente exercício, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)
Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Iremos proceder agora a votação do Projeto de Lei n.º 210/84, de autoria do Poder Executivo que visa obter autorização para abertura de um crédito especial, no valor de um bilhão e 350 milhões de cruzeiros, destinados a que, Sr. Presidente e Srs. Deputados?

A realizar um programa de combate ao desemprego no Paraná? Não.

A executar obras necessárias ao setor de Saúde Pública ou Educação? Não.

A fazer novas estradas? A rasgar novas frentes ao Paraná? Não.

São mais um bilhão e 350 milhões de cruzeiros

destinados à propaganda e promoção do Governo José Richa.

Aqui está a razão da tentativa da bancada da minoria, nesta Casa, de evitar o prosseguimento da ordem do dia de hoje, pois, que este Governo a par de ser o maior endividamento do Paraná em dólares, descumprindo os compromissos solenes reiterados durante a campanha eleitoral, é também o Governo que bate todos os recordes nos gastos em propaganda para a promoção da imagem do Senhor Governador do Estado.

O respeitado Jornal a “Folha de São Paulo”, em data de 27/01/84, fez uma análise a respeito dos gastos de propaganda do Governo do Estado do Paraná e chega até a afirmar com base em informações oficiais prestadas pelo assessor de propaganda da Subchefia de Comunicação Social, Senhor Rubens Camargo Penteado que o Governo do Paraná teria gasto durante o exercício de 1.983 a quantia de 604 milhões com Comunicação Social, com a verba específica de Comunicação Social da então Subchefia da Casa Civil.

Pois bem, orçamento elaborado ainda pelo Governo do PDS e implantado pelo Governo do PMDB, declara o Senhor Rubens Camargo Penteado, que além dos 604 milhões o Governo do Senhor José Richa, durante o ano de 1.983, teria gasto aproximadamente um bilhão de cruzeiros com a Administração Indireta, incluindo aí os gastos da BANESTADO, COPEL, SANEPAR e outros órgãos da Administração Indireta.

Temos, portanto, que o Governo do Senhor José Richa, no primeiro ano do seu mandato, deve ter gasto, segundo dados oficiais, um bilhão e 600 milhões.

O que ocorre em 1.984? A proposta orçamentária aprovada por esta Legislatura, por todos os Deputados desta Casa.

Leva-nos a um número de 2 bilhões, 220 milhões de cruzeiros, em verba de Comunicação Social do Palácio Iguaçu, o que representa um acréscimo de 267.5% na verdade comunicação social, enquanto que os dispêndios com o funcionalismo público aumentava numa proporção de 130%, enquanto que a arrecadação do Estado do Paraná previa-se um crescimento da ordem de 150%.

Sua Excelência o Governador José Richa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cujos Secretários de Estado, hoje, ilustres Secretários Nelson Friedrich e Deni Schwartz, quando analisavam, aqui, na legislatura passada, a destinação de 600 milhões da verba de comunicação social do Palácio Iguaçu, acusavam o ex-Governador Ney Braga de desonesto, para com o Paraná, porque aumentara a verba de 81 para 82 de 400 milhões para 600 milhões, e o Governador José Richa, logo na primeira tacada, aumenta em 267% a verba de comunicação social.

Ele que dizia durante a campanha, Sr. Presidente e Srs. Deputados: “Governo bom, Governo competente, não precisa gastar dinheiro em Comunicação Social, muito menos em propaganda”.

Pois bem! Esqueceu-se, rapidamente, Sua Excelência, o Governador daquilo que pregara durante a campanha eleitoral.

E, agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que vemos? Além dos 2 bilhões, 220 milhões, o Governador José Richa solicita mais 1 bilhão, 350 milhões de cruzeiros.

Pois bem!

Se somarmos o gasto já autorizado, isto é, o que o Governador José Richa já gastou, de 2 bilhões, 220 milhões de cruzeiros em “serviços de terceiros” e

"propaganda" para com o dinheiro do povo, com 1 bilhão, 350 milhões, nós teremos um acréscimo da ordem de 491% nas despesas de propaganda do Governador que, durante a campanha, dissera que não ia gastar o dinheiro do povo em propaganda.

Não se justifica, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sob quaisquer aspectos que se analise, mesmo se se considerar a inflação existente no País, ou a desvalorização da moeda, não se justifica que o Governador do Estado, no momento de tantas dificuldades para o povo paranaense, pretenda mais 1 bilhão, 350 milhões de cruzeiros, para formar a sua imagem e embair a opinião pública paranaense, que sabe que este é um Governo sem obras, é um Governador pachorrento, odiento, comilão compulsivo, que ao invés de dedicar-se aos interesses do Estado do Paraná, e levar os recursos para as áreas tão carentes, especialmente as áreas sociais, prefere gastar os poucos recursos da gente paranaense, em propaganda, em publicidade, e na compra de verdadeiros tapetes voadores por quantias astronômicas num verdadeiro insulto ao valor da gente paranaense.

Mas, não é só isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além desses recursos o Governo do Estado está gastando com propagandas mais cinco bilhões na Administração Indireta. Temos aí o Governo José Richa gastando dez bilhões de cruzeiros do Orçamento do Estado para tentar mudar a sua imagem. Por essas razões, a Bancada do PDS votará contra esse projeto proposto pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Continua em votação o Projeto de Lei nº 210. Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É fácil imaginar a preocupação do Governador José Richa ao pedir a esse Poder, autorização para abertura de um crédito especial de um bilhão e trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros para gastos com propaganda.

No dia 15 de novembro de 1982, o Governador Richa foi eleito com 60% de votos do eleitorado do Paraná. Nas pesquisas que foram feitas depois da posse de Sua Excelência, como Governador paranaense, já foi possível perceber claramente o declínio do seu prestígio político, pela falência de seu projeto administrativo como Governador do Estado. A última pesquisa da opinião pública reduziu os 60% de eleitores do Paraná que preferiam Richa à marca de um ponto positivo, e com toda segurança na próxima pesquisa de opinião, o Governador do Estado, depois do escândalo dos dólares, da mordomia de um avião a jato e de outros escândalos administrativos, com toda segurança, vai abaixo de zero. E por esta razão, o Governador quer gastar mais um bilhão e trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros nos meses que restam deste ano de 1984.

Eu me dispensio de referir números porque eles já foram aqui pronunciados pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira. Mas, entendo como perfeitamente razoável alertar o Paraná e alertar a esta Casa, para os problemas cruciais que vive este Estado sob a alegação de que o Paraná é um Estado sem recursos financeiros. Duas universidades estaduais que são um verdadeiro patrimônio da cultura e da intelectualidade do Paraná estão paralizadas e o Governador lava suas mãos e sem transferir recursos financeiros, transfere a responsabilidade dos ajustes salariais aos reitores e aos homens do conselho de administração de cada universidade, como se tivessem eles, o poder de multiplicar o dinheiro destinado

para o Orçamento do Estado para cada uma das universidades do Paraná.

Mas, enquanto existe a greve prejudicando alunos e professores, abalando o conceito das universidades de Londrina e de Maringá, enquanto o Governador se recusa a autorizar sua Bancada com assento nesta Casa, a estadualizar a Faculdade de Cascavel, Sua Excelência se dá ao luxo de pedir, agora, suplementação de um bilhão e trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros para verba de propaganda. Sua Excelência se deu ao luxo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares de comprar um avião para sua mordomia, e só ontem recebi as respostas ao Pedidos de Informações que formulei em maio; quando informa Sua Excelência que o avião custou quatro bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, e diz nas respostas, que serão alienados os outros aviões da frota do Governo do Estado. Pois, trago a esta Casa notícia que publica hoje, o Jornal "Indústria e Comércio" com o seguinte texto: de fonte segura: "O Governo Estadual estaria desistindo de leiloar três aviões de sua frota, como já havia decidido, quando adquiriu o Citation I, aparelho que servirá exclusivamente ao Governador José Richa; a primeira intenção era de fazer dinheiro para pagar parte do preço do Citation I; segundo a fonte pelo menos dois fatores estão levando o Governo a rever sua decisão: o primeiro foi a reação de Secretários de Estado que argumentavam com as dificuldades que teriam para viajar. Outro foi o fato de que pelo menos seis pilotos perderiam os seus empregos. Os três aviões que estavam numa lista de leilão era um Navajo, um Aztec, da Secretaria dos Transportes, e um Baron da Secretaria da Agricultura. A tendência agora, é leiloar apenas o Navajo, um grande consumidor de combustível e duvidosa segurança".

Esta é a informação de hoje, do Jornal "Indústria e Comércio", Sr. Presidente, que mais uma vez caracteriza uma outra farsa deste Governo que se diz popular que quer se voltar para o povo, mas que a cada ato concreto, golpeia este mesmo povo, iludindo, enganando, mentindo, e, com a maior desfasatez, fazendo tudo aquilo que pregou, como não deveria ter sido feito, em administrações anteriores.

Como é que nós podemos explicar esta preocupação voraz do Governador José Richa em cultivar o personalismo, pelos cartazes esparramados por todo o Paraná, pelos "outdoors" depois das pesquisas, que apontaram então Richa ainda como um Governador popular. Como é que podemos explicar, Sr. Presidente, os gastos que fazem as empresas de economia mista, que não prestam contas a este Poder e denunciam à Casa. Há quase um ano, Sr. Presidente, formulei Pedidos de Informações encaminhando ao Governador, para saber o orçamento de cada empresa de economia mista, e quanto desse orçamento cada uma dessas empresas destinou para sua desvairada vontade, de um Governo que não faz nada, que opta por um bom programa de publicidade e que rejeita um bom programa de administração pública. Todas essas razões não podem permitir que esta Casa, em silêncio, aprove esta solicitação do Governador do Estado; e me permito lembrar mais aos parlamentares do PMDB, da 1ª Legislatura, que este Plenário testemunhou, e que os Anais registram os pronunciamentos de Deputados da Legislatura anterior, quando vinham solicitações de suplementação de crédito, muito inferiores, corrigidas todas as correções monetárias, e nós ouvíamos aquela grita assombrosa, porque pretendiam os Deputados oposicionistas de ontem, defender o interesse do povo do Paraná.

Mas, existe um outro aspecto importante para

ressaltar, e este, como um Poder do povo, há de se preocupar permanentemente, com a liberdade de imprensa. Esta, é uma forma de aviltar a liberdade de imprensa, dos órgãos de comunicação do Paraná. Faz parte de um plano para fechar, cada vez mais, esses mesmos órgãos de comunicação, para as denúncias dos Parlamentares do Partido Democrático Social; denúncias que são legítimas; denúncias que são salutares, e que, embasadas na coragem de Prefeitos, Vereadores e Deputados, muito têm a oferecer ao Paraná e a todos os paranaenses; além disso, é bom também mencionar que, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, criada por decreto, pelo Governador José Richa e hoje gerindo recursos financeiros astronômicos, foi criada, contra uma intenção do Governador, ao tempo de campanha, quando afirmava que pretigiaria este Poder; não recorreu a nenhuma mensagem, não ouviu os Deputados, criou por decreto mais um instrumento para gastar, com maior facilidade, o dinheiro do povo e, para acrescentar ainda mais, na sua violência contra o seu projeto, colocou, como seu Secretário, um homem que não é jornalista e que nunca teve a mínima passagem na Imprensa do Estado do Paraná.

Este é o Governo que aí está, Senhor Presidente, enganando, infelizmente, os paranaenses, mas que recebeu, mesmo que da Bancada minoritária, o seu repúdio, o protesto que deve receber, porque nós estamos aqui para cobrar, também, a coerência dos palanqueiros do PMDB de ontem!

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Continua em votação o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para encaminhar a votação) - Apenas, Senhor Presidente, para rebater algumas inverdades que foram ditas aqui.

Tentou-se dizer, da tribuna, que o Governo mente, engana e falseia.

A imprensa, há alguns dias atrás, alardeava versão do nobre Deputado Airton Cordeiro, de que, o avião, custou 7 bilhões! Sua Excelência recebe a informação oficial, agora, de que custou 4; os 3 de crescimento, Senhor Presidente, fica pela coerência e pela verdade dada pela imprensa, ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O nobre Líder do PDS foi à tribuna, e sem qualquer prova, "chutando", como é de costume dizer de que as empresas vinculadas gastam 5 bilhões de cruzeiros!

Ora! Senhor Presidente, dessas afirmações, de 5, e 7, nós estamos cansados de ouvir, Senhor Presidente.. Ou, não passa pelo raciocínio e pela inteligência de qualquer um, que o Orçamento do Estado foi baseado nas afirmações do preclaro e ilustre e infalível Ministro do Planejamento sustentado pelo Partido de Vossa Excelência que afirmava, em 1983, que a inflação não seria superior à marca dos 160% e o Orçamento do Estado estribou-se nesses dados e agora constatamos, Senhor Presidente, uma inflação astronômica, superior aos 220%, 230% e que chegará, ao final do ano, conforme informou ainda recentemente, nesta Capital, o eminente economista Celso Furtado, de que a inflação, até o final do ano ultrapassará a casa dos 260%. Portanto, Senhor Presidente, o que na verdade a Comunicação Social quer e o Governo solicita, e uma adequação aos índices escabrosos da inflação, que, lamentavelmente, é sustentada e alimentada pelo Partido das Excelências que, ainda há pouco alardearam,

da tribuna, estas inverdades, Senhor Presidente! Porque não é possível que um Deputado alardeie neste Estado, e à imprensa, de que o avião custaria 7 bilhões, Senhor Presidente, e, depois, quando vem a informação oficial, constata-se de que custou 4.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Pela Ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, não é possível!
Vossa Excelência tem que me assegurar a palavra!
Eu não feri o Regimento, de forma alguma, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Presidência assegura a palavra, ao orador, Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Portanto, Senhor Presidente, não podemos, de maneira alguma, votar um projeto de lei, pela simples versão de uma notícia de um jornal, Senhor Presidente, que tem a liberdade de informar e de especular que o Governo não mais vai vender aviões. Senhor Presidente, e uma palavra do Deputado que merece crédito, respeito e respaldo, que afirmou que eram 7 milhões e, agora, constata que são 4! E daí, a veemência em tentar fazer cair a voz da verdade, Senhor Presidente! Onde está a coerência desses homens?

Por isto, Senhor Presidente, não podemos nos basear numa notícia de um jornal que dá uma possível versão de que o Governo não mais vai vender aviões. Aqui Senhor Presidente, não se discute aviões; foram à tribuna, para voar, Senhor Presidente! Vamos por os pés no chão e na terra. Vamos deixar de vôos mirabolantes, de demagogia barata e vamos ver que a inflação, esta inflação que, inclusive está dando no gráfico, excesso de arrecadação e o pedido justifica-se aí, de que isto será tirado exatamente deste excesso de arrecadação para atirar inicialmente, o Orçamento foi planejado em torno de 160% e hoje estamos com uma inflação superior a 250%.

O Sr. Airton Cordeiro (Pela Ordem) - Como fui citado nominalmente pelo Deputado que antecedeu-me na tribuna, devo esclarecer à Casa, que as respostas do Senhor Governador ao pedido de informações formulado em maio, sobre a compra de um avião, chegaram a esta Casa há 48 horas. O próprio Governador reconhece a demora no envio dessas respostas. Esclareço aos ilustres Deputados do PMDB, que não tenho acesso às informações do Governo, senão através dos seus discursos, Senhor Presidente, e mais ainda,
(Tumulto no Plenário).

(Vozes superpostas).

O Sr. Edmar Luiz Costa - Isso não é questão de ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - (Faz soar

os tímpanos).

O Sr. Roberto Requião - (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, nós estamos assistindo a uma exposição atabalhoada de um Deputado do PDS, feita para um público interno, uma exposição como o discurso do Presidente Figueiredo, no dia de ontem, um discurso dirigido para os seus esqueletos, tentando acalmar a situação à sua direita.

O Deputado que dirigiu a palavra a esta "Plenária" há poucos instantes, certamente estava fazendo a sua "reentrêe" na Assembléia, com vistas a sua candidatura à Liderança do PDS. Completamente vazios os seus argumentos. Deixa a desejar alguma coisa quanto à gesticulação e eu quero registrar aqui uma opinião de um Deputado da Casa também, uma opinião que certamente poderá ter em alguma circunstância, certo peso na escolha de Liderança da Minoria.

Eu acredito que o desempenho do atual Líder, Luiz Alberto Oliveira, é excepcionalmente superior a esta trágica encenação que vimos na tribuna.

Não vamos rebater os argumentos, porque argumentos não existiram e acreditamos que o PDS perderá muito, trocando a Liderança eficiente do Líder Luiz Alberto Oliveira, por esta cena triste que acabamos de assistir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Em votação o projeto.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar) - Senhor

Presidente, é preciso que se faça alguma observação e que se corrija alguns números destacados por eminentes Deputados do PDS, para se restabelecer a verdade, Excelência. É preciso que se diga, por exemplo, que em 1982, portanto, no Governo passado, fez-se um orçamento para se gastar na Comunicação Social, na propaganda. No final do Governo de 1982, para o Orçamento de 1983, orçamento que seria, como foi, gerido pelo Governador José Richa, mas orçamento feito pelo Governador anterior, o mesmo orçamento da Comunicação Social foi mantido, desrespeitou-se qualquer ligação com a inflação.

É evidente, Excelência, que 1984, haveria necessidade de um avanço, para se equipar e também para se deixar os números nos seus respectivos lugares.

Falou-se, nobre Presidente e Senhores Deputados, no tal do avião, no tal do jatinho e criticou-se com veemência, falou-se em tapete voador e em mordomia do Governador José Richa porque para o Estado do Paraná adquirir um "jatinho" com seis ou sete lugares para a sua locomoção pelo Estado e com outros Estados.

Mas, não se falou Excelência, por exemplo, o próprio Deputado que fez acusações não falou do seu Governo, do Governo do PDS, ou mais precisamente do Presidente da República que voa Brasil afora num Boeing com capacidade para cento e cinquenta passageiros; voa ele e mais meia dúzia.

Não se falou que esse Governo do PDS coloca um Boeing que seria utilizado para cento e cinquenta passageiros. Imaginem o gasto desse Boeing, se aqui é tapete voador, imagine o que é esse tal desse Boeing do PDS, para a esposa do Presidente voar para fazer compras.

Falou-se em mordomia, Excelência. Eu acho que os ilustres representantes do PDS esqueceram-se

de mencionar que é uma preocupação do Governo do PDS e do Presidente da República, o Presidente de honra do PDS, e o comandante da campanha eleitoral do PDS, que viajando para São Paulo no seu Boeing, seria para cento e cinquenta passageiros, hospeda-se com sua comitiva num hotel cinco estrelas, caríssimo, custando uma fortuna do sofrido povo do Brasil, para despachar. Quando poderia perfeitamente bem despachar num local que seria utilizado nas dependências do próprio Governo de São Paulo.

Mas, isso tudo eles esquecem, Excelência.

Falam também, comumente, na necessidade de se aumentar o salário do jornalista, do redator, do técnico de som da emissora de rádio, da câmara-man, do apresentador, mas procura-se bloquear de maneira violenta uma adequação de verba como eu expliquei nos Orçamentos de 82, 83 e 84.

E por fim, Excelência, de 81 para 1982, quando o Governo era PDS, o aumento, vejam bem, do Orçamento de 81 para 82, o aumento da verba para gastos em comunicação social, porque tem gente que gosta de aparecer em página de jornal, televisão e rádio, na "faixa", como se isso não custasse nada. Mas, de 81 para 82, o aumento do Governo de então foi de 150%, quando a inflação do ano foi de exatamente 100%.

Então, é a pergunta, Excelência. Quem é que está metendo os pés pelas mãos? É o atual Governo, ou o Governo anterior que efetivamente esmagou, esbanjou, gastou o dinheiro do povo do Paraná. E hoje, querem os seus defensores de ontem, virem para empanar o Governo do Senhor José Richa no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Continua em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, no encaminhamento da matéria assistimos o pronunciamento do Deputado Luiz Alberto Oliveira embasado de dados concretos, fornecidos por um assessor da Secretaria da Comunicação Social à imprensa do nosso Estado e ao jornal "Folha de São Paulo".

O Deputado não "chutou" em nada. Os dados estão escritos conosco. Posteriormente, o Deputado Airton Cordeiro faz um pronunciamento trazendo uma resposta que o Senhor Governador do Estado dá com um atraso excepcional, como é de costume o que se fala "a boca miúda" no Paraná inteiro, o Governador continua a passos de tartaruga.

Está correto e comprovado no pronunciamento e a resposta do Deputado Airton Cordeiro. O Líder do PMDB, aguerrido, inteligente, afoito, mas às vezes, ele perde-se e procura atacar pessoalmente os Deputados que vêm à tribuna da Casa em defesa do direito e o respeito que o povo lhe dá de como minoria fiscalizar o dinheiro público que está sendo aplicado em nosso Estado, e acima de tudo sugeri, como temos sugerido, em vez de se gastar mais e mais ainda com Comunicação

Social, porque não levamos o dinheiro, ou parte dele, às duas Universidades Estaduais que já estão em greve por falta de recursos, e o Governo do Estado até o momento não se pronuncia.

O Deputado Roberto Requião, em seguida, irônico como sempre, vem tentar jogar uma "pecha" para que nós o aceitemos ou absorvemos para dividir a nossa bancada indicando o Deputado Airtton Cordeiro, como se líder fosse, seria um líder menos competente que o Deputado Luiz Alberto Oliveira. O Deputado Luiz Alberto Oliveira tem sido realmente correto, tem sido competente na função de líder - e não estamos disputando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nenhuma eleição ainda em nossa bancada porque não há tumulto e o nosso Líder foi reeleito por unanimidade dos Membros, enquanto que o Líder do PMDB ganhou apenas por um voto a mais, que é o voto do próprio Deputado Líder do Governo, nesta Casa. Nós queremos é que os Deputados respeitem o direito da minoria se pronunciar, e quando o Deputado Luiz Alberto Oliveira relata à Casa, que no ano de 1982, no Governo passado, criticado por Vossas Excelências, foram gastos apenas quatrocentos milhões de cruzeiros em Comunicação Social, enquanto que o Governador José Richa, em 1983, gastou seiscentos e quatro milhões de cruzeiros, o que é correto, o que nós aceitamos porque está sendo corrigido com dados baseados na inflação do nosso País. Em 1984, o Governador já gasta dois bilhões e duzentos e vinte milhões de cruzeiros, quando foi elevado a taxa de 267,5%, o que já ultrapassa a inflação do nosso País, nos seus gastos com Comunicação Social; e agora, ainda pede um crédito especial no valor de um bilhão e trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros, elevando para 491,1% o aumento em gastos com a Comunicação Social do nosso Estado.

Nós estamos assistindo, e os paranaenses estarecidos - os gastos com propaganda, com Comunicação Social, como bem disse o Deputado Luiz Alberto Oliveira que o Governo, em suas campanhas, diz que "Governo bom, Governo que trabalha não precisa gastar dinheiro com propaganda, mas foi gasto uma fortuna que nós não sabemos nem avaliar com propagandas por todo o Estado e em diversas revistas da Nação brasileira para divulgar que a pesquisa o deu como o melhor Governador do País, mas não se gastou dinheiro para dizer que o Governador decaiu da sua posição, porque no início do seu segundo ano de Governo não conseguiu, como no primeiro, construir nada no nosso Estado paranaense; uma obra relevante nós não assistimos a sua inauguração, a não ser asfaltos distribuídos em alguns trechos do Paraná já programados no Governo anterior e com verbas do Governo Federal repassadas para o Governo do Estado.

É bom que se diga, e é bom que o Paraná tenha conhecimento dos fatos e da verdade. É por isso que nós, guiado pelo povo, à função de fiscalizador e minoritário nesta Assembléia, não podemos calar, não podemos aceitar os discursos fantasiosos, os discursos mentirosos, que os Deputados do PMDB fizeram na tarde de hoje, para justificar um aumento considerável, de uma verba especial para a comunicação social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós vamos continuar em nossa luta, quer queira o Deputado Líder do Governo ou não, quer queira o Deputado Roberto Requião, como sempre usando o seu

línguajar inteligente, é verdade, mas sempre em termos de gozação para com os projetos que tramitam neste Poder Legislativo e para com os pronunciamentos às vezes dos seus próprios colegas e dos seus adversários políticos da bancada de cá, mas que acima de tudo, nós temos e dedicamos um respeito especial ao Deputado Roberto Requião, como a qualquer Parlamentar que compõe o Poder Legislativo; e que todos nós unidos, temos que dar as mãos para ajudarmos a construção do nosso Paraná, que desejamos, sem dúvida, legar aos nossos filhos e aos nossos descendentes mais democráticos mais cristãos e porque não dizer, com mais abertura de empregos para as gerações futuras que estão por vir. E ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Deputados do PMDB não discutem, quando o Governador veta a maioria dos projetos de sua própria bancada, desmoralizando os próprios Deputados peemedebistas e alguns deles, ainda na Assembléia Legislativa, votam contra seus próprios projetos, aceitando a ordem e aceitando o veto que o Governador impõe, como se a sua bancada não fosse de homens ilustres. Nós não queremos chamar a Bancada do PMDB de "vacas de presépio", como no passado nós levamos muito esta pecha, não, Senhores Deputados, vamos nos unir maioria com minoria e vamos derrubar os vetos do Governador, que são esdrúxulos.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Em votação o Projeto de Lei n.º 210/84. Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e solicita à Senhora 1.ª Secretária que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

A SRA. 1.ª SECRETÁRIA (Procede a chamada) -

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indago de Vossa Excelência se o Deputado Fiori Luiz consta como presente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Ele não está presente.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Porque na segunda chamada o nome do Deputado Fiori Luiz não foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Responderam a chamada trinta e sete (37) Senhores Deputados. Há "quorum" para deliberação. A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Solicitam aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares para que a 1.ª Secretária possa fazer a contagem dos votos.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 210/84, queiram levantar-se.

A Mesa solicita que os Senhores que não são Deputados saiam do recinto para que a 1.ª Secretária não

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) -

Peço a Sua Excelência que faça uma observação ao Deputado Ailton Cordeiro que esta atrás da Mesa atrapalhando os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Presidência não aceita do 2.º Secretário essa pecha porque o Presidente está presidindo certo A Presidência irá confiar na capacidade da 1.ª Secretária que tem responsabilidade. É mais fácil para a 1.ª Secretária se cada Deputado tomar o seu lugar no seu assento; é bem mais fácil.

A Mesa solicita, colaborando com a 1.ª Secretária.

Vinte e oito. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e oito Senhores Deputados aprovam, um rejeita. Está aprovado o Projeto, artigo por artigo. Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Que Vossa

Excelência registre o posicionamento da Bancada do PDS ao tentar evitar que esse projeto tenha sido aprovado.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 223/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 179/84), que visa obter autorização para abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 103/84, do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 102/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul o imóvel constituído pela Data de terras n.º 15, Quadra n.º 29, situada na sede do município, medindo a área de 600,00 m2, objeto da matrícula n.º 1.866, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado D.A. 33, de 07/05/84 em Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 103/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, o imóvel de propriedade do Estado conforme especifica.

A justificativa apresentada para tal medida está estampada no bojo da Mensagem n.º 102/84 que encaminhou o anteprojeto, que nos convence da sua oportunidade.

Legal e constitucionalmente a proposição encontra amparo nos arts. 21 - inciso VIII - Letra C e 47, inciso XVI, da Constituição Estadual, estando, portanto, em condições de ter sua tramitação normal por esta Casa, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 105/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAPEJARA", com sede e foro no Município de Tapejara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A.37 de 14/5/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 105/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nelson Vasconcellos, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara, com sede e foro naquela cidade.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental a sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 109/84, de do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que institui a data de 23 de abril, como o dia em que se celebrará homenagens ao LEONISMO PARANAENSE, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 42, de 22/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 109/84

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria dos ilustres Deputados Djalma de Almeida César e Nilso Sguarezi, visa instituir a data de 23 de abril como o dia em que se celebrará homenagens ao Leonismo Paranaense.

A data em que se pretende homenagear o Leonismo Paranaense, é justamente a data de sua fundação no Estado do Paraná.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre sua constitucionalidade e legalidade, nada temos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 113/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE AUXILIADORA DE SENHORAS DE ARAPONGAS”, com sede e foro na Cidade de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 42, de 22/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 113/84

O Projeto de Lei em pauta, de autoria da ilustre Deputada Irondi Pugliesi, que pretende declarar de utilidade pública a “Sociedade Auxiliadora de Senhoras de Arapongas”.

A entidade que se quer beneficiar preenche os requisitos da legislação reguladora da matéria, estando pois, em condições de ser aprovada.

Razão pela qual, nosso parecer é favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

HERMAS BRANDÃO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 115/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BETEL — SERVIÇO SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS”, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 42, de 22/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 115/84

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, o referido Projeto, visa declarar de utilidade pública a “Associação Betel — Serviço Social da Igreja Evangélica de Deus”, com sede e foro no Município de Guarapuava.

O processo em questão, encontra-se devidamente instruído, não havendo nada que impossibilite a sua tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Nestas condições, e em face aos relevantes serviços prestados à comunidade, por esta Associação, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
e Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 116/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE DO PARANÁ” — ASSOESTE, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 43, de 23/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 116/84

O Projeto de Lei n.º 116/84, de autoria do nobre Deputado MÁRIO PEREIRA, visa declarar de utilidade pública a “Associação Educacional do Oeste do Paraná” ASSOESTE, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Devidamente inscrita no Registro de Pessoas Jurídicas, está devidamente comprovado pela

documentação anexa ao referido Projeto de Lei, que a entidade em questão preenche os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina a declaração de utilidade pública.

Ante o exposto, nosso Parecer é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 116/84, na sua forma original.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
CAÍTO QUINTANA - Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 120/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Castelo Branco, o Imóvel de propriedade do Estado, constituindo da data de terra n.º 09, da quadra n.º 13, com área global de 957,00m² e localização que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 43, de 23/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 120/84

O projeto de lei em apreço, cujo autor é o ilustre Deputado Basílio Zanusso, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, para que no mesmo, seja abrigada a Biblioteca Pública daquela cidade.

A medida proposta virá atender aos interesses da Administração e do Município.

Como bem justifica o autor, o referido imóvel já fora doado anteriormente ao Estado pelo próprio município para funcionar a Agência de Rendas e que de acordo com determinação da Secretaria de Estado das Finanças, as agências de rendas das cidades de pequeno porte seriam desativadas, não existindo assim, razões para continuar a referida doação.

Com efeito, a matéria proposta, subordina-se à iniciativa do Chefe do Poder Executivo (Art. 47, IV, da Constituição Estadual), mas como o processo em pauta trata-se apenas de uma mera autorização, não vemos motivo para cercear a sua normal tramitação nesta Casa.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA — Da Proposição n.º 168/84, VETO apostado ao Projeto de Lei n.º 88/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que assegura tratamento hospitalar gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado, em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Of.n.º DTL/98/84

Curitiba, 13 de agosto de 1984.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 92/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 88/84.

por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, custeará integralmente as despesas hospitalares, em acomodação individual com direito a acompanhante, dos integrantes da Polícia Militar do Estado internados em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções.

O veto apostado ao Plano de Lei em exame fundamenta-se em dois aspectos distintos. Inicialmente porque o § 3º, do art. 77, da Constituição Estadual determina que “Nenhuma prestação de serviço de assistência ou benefício, compreendidos na previdência social, desenvolvida em prol dos servidores do Estado, será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total”. Tal mandamento, combinado com o do art. 25, § 1º, letra b, da Carta Estadual, configura sem qualquer dúvida a inconstitucionalidade da medida. Por outro lado, motivando ainda o não acolhimento da proposição, vale lembrar que os integrantes da Polícia Militar do Estado, em face das disposições dos arts. 58 e 59, da Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973, já são contemplados com assistência hospitalar custeada pelo Estado, quando feridos ou acidentados em objeto de serviço ou instrução.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 88/84, encontra-se publicado no D.A. nº 23, de 12/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição nº 168/84

A proposição em tela é oriunda de Veto Governamental a Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli.

Analisando-se a matéria temos que:

I — O Veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II — As razões apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo através do ofício nº 98/84 estão baseadas em preceitos constitucionais.

Sem nos atermos ao mérito da matéria, visto que o mesmo já foi devidamente analisado quando da apreciação do plano de Lei ora vetado, opinamos que a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

Em votação o Projeto de Lei nº 88/84. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

7 Srs. Deputados aprovam; 16 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para deliberação.

O Sr. Nilso Sguarezi — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa está se baseando em informação da 1ª Secretária, e que merece o respeito da Casa.

O Sr. Nelson Vasconcellos — Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu requero a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa solicita à 1ª Secretária que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Responderam à chamada, 36 Srs. Deputados
Está em votação a Discussão Única da Proposição nº 168/84. O Projeto de Lei nº 88/84. Os Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência poderia anunciar o número de Deputados que votaram a favor da manutenção do veto? Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Presidência informou 36 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)
Entretanto, Sr. Presidente, eu solicitarei verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere. Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.
Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
6 Srs. Deputados aprovam. Está rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Eu solicito que Vossa Excelência anuncie quantos Srs. Deputados votaram de acordo com a orientação de Sua Excelência o Governador José Richa, contra um projeto de autoria de um eminente Deputado do PMDB. Para que nós possamos verificar se há quorum para prosseguimento da sessão, inclusive, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) De acordo com o artigo 28, parágrafo 3º, da Constituição do Estado que diz: “Será o projeto submetido a uma única discussão, considerando-se o mesmo aprovado, se obtiver o voto de 2/3 dos Deputados, presentes em votação pública.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Pois bem, Sr. Presidente, mas também o Regimento da Casa diz que para o Plenário poder decidir sobre qualquer matéria, precisa ter no mínimo 28 Deputados em Plenário. E eu gostaria que Vossa Excelência anunciasse o resultado da votação, para que nós pudéssemos verificar quantos Deputados estão presentes no processo de votação; não no processo de verificação de presença. Porque se tratam de dois atos absolutamente distintos.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa informa que 36 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem)

Responderam a chamada nominal, Sr. Presidente. Entretanto quantos eu quero saber, votaram. Pois que para isso solicitei verificação de votação. Eu conheço o dispositivo constitucional e o dispositivo regimental, a respeito de manutenção de veto. Vossa Excelência não pode se valer apenas de informações de assessoria da Mesa, com relação a problema de manutenção de veto. Vossa Excelência precisa verificar se há número suficiente em plenário para que esta Casa possa funcionar; é evidente.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa suspende a sessão por alguns minutos para consultar a Assessoria.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Está reaberta a sessão.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Sr. Presidente, eu indago de Vossa Excelência qual é o horário regimental para encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) 19 horas.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) A Mesa irá colocar em verificação de votação o Projeto de Lei n.º 39/84. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. E solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Aliás, Projeto de Lei n.º 88/84.

O SR. NELSON VASCONCELLOS – Questão de ordem, Sr. Presidente. Este projeto já foi colocado em votação, e essa Presidência já anunciou o resultado da votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) A Mesa tem procurado dirigir os trabalhos da melhor forma e irá colocar novamente para verificação de votação o Projeto de Lei n.º 88/84. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

8 Srs. Deputados aprovam. 18 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA – Da Proposição n.º 169/84, VETO apostado ao Projeto de Lei n.º 39/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo criar o “INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO MENOR”, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.
Encerrada a discussão.

Of. n.º DTL/114/84

Curitiba, 15 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 82/84, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 39/84, por julgá-lo, pela forma como está lançado, contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, o “Instituto de Recuperação Lar do Menor”, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

O veto apostado decorre de informações prestadas pelos órgãos técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento, segundo as quais a unidade administrativa cuja criação é pretendida terá objetivos e finalidades que são abrangidos pela ação do Instituto de Assistência ao Menor, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.

A criação preconizada pelo Plano de Lei em causa, que aliás independe de Lei (art. 47, inciso XVII, da Constituição Estadual) implicará no surgimento de órgãos de atividades paralelas e, portanto, em duplicidade de meios de atuação. Não obstante, o Instituto de Assistência ao Menor foi ouvido e, conforme pronunciamento de seu Diretor, entendeu, face diretrizes do IAM e do Plano Nacional do Bem Estar do Menor, ser desaconselhável a objetivada criação, apontando as seguintes propostas de atendimento para a região: “1 – Implantação do Núcleo Regional, com a finalidade de acompanhar, implantar e avaliar programas de atendimento ao Menor, bem como auxiliar na triagem e orientar no encaminhamento dos mesmos; 2 – Implantação do Programa de Liberdade Assistida junto à Comarca local, a partir de 1985”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n.º 39/84 encontra-se publicado no D.A. n.º 13 de 28/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer a Proposição n.º 169/84.

A Proposição n.º 169/84 – é originária de veto ao Projeto de Lei de autoria da Nobre Deputada Amélia de Almeida Hruschka.

Analisando-se a matéria temos que:

I – o veto foi apostado dentro de prazo constitucional;

II – As razões do veto apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, conforme esclarece o ofício n.º 114/84, estão fundamentadas em informações prestadas pelos órgãos técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento, as quais consultados apresentaram inoportunidade da matéria, objeto do Plano de Lei vetado.

Com isso, a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA – Da Proposição n.º 170/84, VETO

PARCIAL, aposto ao Projeto de Lei n.º 45/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que institui meia entrada para estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, na forma que especifica. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. Encerrada a discussão.

Of. n.º DTL/116/84

Curitiba, 15 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 84/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n.º 45/84, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir meia entrada para estudantes nos locais públicos com caráter de lazer e cultura, mantidos pelo Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões "os teatros" e "congêneres", constantes do art. 3.º.

As mencionadas expressões não puderam ser acolhidas, tão somente para resguardar a situação da Fundação Teatro Guaíra, que teria, caso o Projeto em causa fosse integralmente sancionado, sua receita sensivelmente reduzida e com reflexos altamente negativos aquela Fundação, que alias vem desenvolvendo grande trabalho no sentido da popularização de cultura, realizando, sempre que possível, espetáculos gratuitos como recentemente, os balés "Grande Circo Místico", "Gisele" e apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira, ou a preços simbólicos, como a "Campanha da Kombi" e vários outros.

Por oportuno, é, a seguir, transcrito trecho de manifestação, que sobre o assunto, foi expedida pela Direção da Fundação Teatro Guaíra:

"em atendimento às diretrizes de governo à área da cultura, no que se refere a popularização dos espetáculos de artes cênicas e de música, a Fundação Teatro Guaíra tem gerenciado e assegurado em contrato com as Companhias nacionais e internacionais, preços de ingressos aos que são cobrados nos demais Estados, e também garantindo percentual de 50% da Totação dos auditórios a preços populares, percentual este que é justamente destinados ao acesso de estudantes e das classes menos favorecidas a todos os espetáculos; a aprovação desta Lei diminuirá a receita, já deficitária, desta Fundação; irá gerar o aumento de preços dos ingressos para o público em geral, uma vez que os empresários e as próprias Companhias, tendo em vista o alto custo de um espetáculo, não irão correr o risco de prejuízos; acarretará aumento de despesas para a impressão duplicada de ingressos que é feita por computador; contribuirá para que Curitiba seja excluída do circuito dos grandes espetáculos nacionais e internacionais, uma vez que as Companhias não recebem ajuda nenhuma do Estado e com a aplicação desta Lei, diminuirá a arrecadação da bilheteria."

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões, submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e

distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 170/84

PARECER:

A Proposição em tela é oriunda de veto parcial ao Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Sérgio Spada.

Analisando-se a Proposição, temos que:

I - O veto foi apostado dentro do prazo constitucional;

II - As razões do veto parcial apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo estão devidamente apresentadas no bojo do Ofício n.º 144/84 que precisam os motivos da não aceitação das expressões vetadas.

Nestas condições a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 171/84, VETO apostado ao Projeto de Lei n.º 175/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo criar UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR, no Município de União da Vitória. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. Encerrada a discussão.

Of. n.º DTL/96/84

Curitiba, 13 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 67/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 175/83, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de União da Vitória, uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos arts. 25 e 35 da Carta Política Estadual, que conferem ao Governador do Estado a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

Por outro lado, vale ressaltar que o veto apostado em razão dos imperativos constitucionais citados, não impedirá a adoção da medida, que, aliás, independe de lei específica. E, ainda, oportuno lembrar que, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, estão, desde junho próximo passado, sendo tomadas providências no sentido da celebração, na forma preconizada pelo art. 117, da Constituição Estadual, de convênio com o Município de União da Vitória, com vistas a instalação, em bem curto prazo,

de uma unidade do Corpo de Bombeiros, cujo convênio, logo após formalizado, será submetido ao necessário referendo dessa Augusta Casa de Leis.

Esses os motivos que levaram a vetar o Projeto de Lei, que em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(aa) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 175/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de União da Vitória, uma Unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação própria consignada na lei de Meios.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

VETO - Razões em separado. Em 13/08/84. José Richia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 171/84

PARECER:

A Proposição em tela é oriunda de veto aposto a Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de União da Vitória uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Analisando-se a Proposição temos que:

I - O veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II - As razões apresentadas pelo Governo do Estado e contidas no ofício nº 96/84 de 13/08/84, estão embasadas em preceitos constitucionais, que estabelecem a competência para iniciativas de Lei desta natureza ao chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, sem nos determos no mérito da matéria contida no plano de Lei ora vetado, tendo em vista, que este já foi objeto de análise quando da sua votação por esta Casa, opinamos que a proposição se encontra em condições para ser submetida à consideração do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Coronel Luiz Gastão Richter, ocorrido no dia 18 do corrente mês, no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Ayres de Aguirra, ocorrido no dia 18 de setembro do corrente ano, no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Wallace Pina, ocorrido no dia 17 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo 60º aniversário de emancipação política do Município de Cambará. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo para que o valor básico de custeio (VBC) seja determinado até o dia 30 de maio de 1985, referente à cultura do feijão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros que permitam construir a ligação entre meio a dois pavilhões existentes no Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de 1º e 2º Grau, no Município de Sertãozinho. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a implantação de uma linha de ônibus entre os Municípios de Boa Esperança e Cascavel. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Equipe de Handebol Femenina de Campo Mourão, por ter conquistado o título de Campeã dos 27º Jogos Abertos do Paraná, realizado no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Equipe de Handebol Masculina de Campo Mourão, por ter conquistado o Vice-Campeonato dos 27º Jogos Abertos do Paraná, realizado no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Deputado Federal Odilon Salmóia, e às lideranças dos Partidos Políticos da Câmara e Senado Federal, apresentando moção de apoio ao Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Odilon Salmóia, que visa

alterar o Decreto Lei n.º 210/67 que trata da comercialização e industrialização do trigo. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Piedade, entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Empresa Cattani S/A Transporte e Turismo, pela comemoração dos 35.º anos de sua fundação. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a conservação da BR-153, no trecho que liga os Municípios de General Carneiro a União da Vitória. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, pleiteando a instalação de uma agência regional daquele Órgão, no Município de Santa Izabel do Ivaí. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da COPASA, através da Secretaria da Agricultura, pleiteando a criação de uma unidade armazenadora daquele Órgão, no Município de Cruz Machado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da RADIPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo reparos nas torres de TV que levam imagens aos Municípios de União da Vitória, Paulo Frontin, Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, Paula Freitas e Porto Vitória. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, objetivando a criação do Núcleo da Secretaria no Município de Cianorte, centralizando o atendimento a diversos municípios. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, visando a concessão de anistia fiscal aos contribuintes da Fazenda do Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretários dos Transportes, sugerindo a construção de uma ponte

de cimento sobre o rio Guaraúna, na estrada que liga o Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, ao Distrito de Valinhos, Município de Teixeira Soares. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cozinha na Escola Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino de 1.º Grau, no Distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Salles. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à COAGRU - Cooperativa Agropecuária União, pela comemoração do seu 9.º aniversário de sua fundação, ocorrido dia 13 do corrente mês, no Município de Ubatuba. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pleiteando a criação e instalação da Comarca do Município de Campina da Lagoa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Delegação Esportiva do Município de Goioerê, participantes dos 27.º Jogos Abertos do Paraná, realizado no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, pleiteando a construção do Asilo dos Velhos, no Município de Rio Azul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, visando a implantação de comunicação através de malotes, pelo menos uma vez por semana, entre a 4.ª CIRETRAN do Município de União da Vitória e o DETRAN. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetivando a criação da Comarca de Três Barras do Paraná. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução 01/83

EM VOTAÇÃO-

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 168/84, 169/84, 170/84 e 171/84.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 58/84, 59/84, 77/84, 84/84, 95/84, 101/84, 102/84, 107/84, 154/84, 155/84, 210/84, 223/84.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 103/84, 105/84, 109/84, 113/84, 115/84, 116/84, 120/84.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 62/84, 121/84, 122/84, 124/84, 127/84, 129/84, 130/84, 133/84, 134/84, 142/84, e do Projeto de Lei Complementar n.º 159/84, e do Projeto de n.º 199/84.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1984.
(QUINTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Nilso Sguarezi.

Às dezoito horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero-Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacneco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos

Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 149/84 (Mensagem n.º 121/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar, com o Município de Ibioporã as datas de terreno n.ºs 13 e 14, da Quadra 55, pelas datas n.º 3 e 4, da quadra n.º 33-A, conforme especifica. (Destinadas à construção de nova Delegacia de Polícia). Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 57, de 19/6/84, em Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 54/84 (Mensagem n.º 66/84), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 16/01/84 e o Município de Araucária, através da Secretaria de Estado da Agricultura, objetivando a realização da 8ª Festa do Pêssego e do Ovo e da IV FAIAL, com vistas a ensinar a melhoria da produção e da produtividade agrícola da região. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 55/84 (Mensagem n.º 70/84), que aprova o Termo Aditivo n.º 05/83 de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 43/83, celebrado em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Piên, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 56/84 (Mensagem n.º 71/84), que aprova o Termo Aditivo n.º 08/83, de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 100/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Marialva, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 57/84 (Mensagem n.º 73/84), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná em 08/12/83, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 59/84 (Mensagem n.º 75/84), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado. (Publicado no D.A. 10, de 22/03/84).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO – COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCETE DO MÊS DE AGOSTO DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.10 - Tesouraria	806.330.285,76	PESSOAL	
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.11 – Pessoal Civil	5.826.628.000,00
202.11 – Pessoal Civil	5.596.191.077,00	211.12 – Obrig. Patronais	339.000.000,00
202.12 – Obrig. Patronais	438.637.250,00	211.13 – Inativos	1.404.000.000,00
202.21 – Mat. de Consumo	195.611.868,96	211.14 – Pensionistas	308.500.000,00
202.22 – S. T. e Encargos	2.216.221.215,33	211.15 – Salário-Família	28.000.000,00
202.23 – Desp. dos Exec. Ant.	1.985.517,95	211.16 – Out. Transf. a Pessoas	1.000.000,00 7.907.128.000,00
202.31 – Sub. Sociais	211.062.000,00		
202.41 – Inativos	1.403.566.799,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.42 – Pensionistas	307.522.520,00	211.21 – Mat. de Consumo	200.000.000,00
202.43 – Salário Família	27.253.733,00	211.22 – S. T. e Encargos	2.025.552.000,00
202.44 – Apolo Financ. a Est.	— 0 —	211.23 – Desp. do Ex. Anterior	2.000.000,00
202.45 – Assist. Méd. Hosp.	60.000.000,00	211.24 – Sub. Sociais	287.448.000,00
202.46 – Out. Transf. a Pessoas	800.640,00	211.25 – Apolo Financ. a Est.	— 0 —
202.51 – Obras Instalações	362.499.999,99	211.26 – Assist. Méd. Hosp.	60.000.000,00 2.575.000.000,00
202.52 – Equip. e Mat. Perm.	68.710.900,00	CAPITAL	
	10.890.063.521,23	211.31 – Obras Instalações	465.000.000,00
CONTAS		211.32 – Equip. e Mat. Perm.	55.000.000,00 520.000.000,00
203.11 – Desp. Diferidas	— 0 —		
203.12 – Out. Cont. Pendentes	— 0 —	CREDORES	
203.13 – Div. Responsáveis	549.358,00	212.10 – Despesas Empenhada	78.483.896,98
		213.10 – Despesas Processada	478.885.628,92
		213.20 – Folha de Pagamento	— 0 —
		213.30 – Restituições	677.359,62 558.046.885,52
		CONTAS PENDENTES	
		215.10 – Out. Contas Pendentes	9.664.840,83 9.664.840,83
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	3.150.125,64
		216.20 – Processadas	— 0 —
		216.30 – Cred. em Consignações	— 0 —
		216.40 – Proc. Fol. Pagamento	— 0 — 3.150.125,64
		CREDORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	123.953.313,00 123.953.313,00
TOTAL DO ATIVO	11.696.943.164,99	TOTAL DO PASSIVO	11.696.943.164,99
			694.815.164,99

Palácio "XIX de Dezembro, em 06 de setembro de 1.984

DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

COORDENADOR DE CONTABILIDADE